



**Ministério
da Educação**

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de
Santa Catarina

Relatório de Autoavaliação Institucional 2017

Versão INTEGRAL

Março/2018



**INSTITUTO FEDERAL
SANTA CATARINA**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2017

Versão INTEGRAL

Florianópolis, março de 2018



Presidente da República

Michel Temer

Ministro da Educação

José Mendonça Bezerra Filho

Secretária de Educação Profissional e Tecnológica

Eline Neves Braga Nascimento

Reitoria do IFSC

Reitora

Maria Clara Kaschny Schneider

Diretora Executiva

Silvana Rosa Lisboa de Sá

Pró-Reitora de Administração

Aline Heinz Belo

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Andrei Zwetsch Cavalheiro

Pró-Reitor de Ensino

Luiz Otávio Cabral

Pró-Reitor de Extensão e Relações Externas

André Dala Possa

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Clodoaldo Machado

Diretores-Gerais dos campi

Câmpus Araranguá

Mirtes Lia Pereira Barbosa

Câmpus Caçador

Eduardo Nascimento Pires

Câmpus Canoinhas

Maria Bertília Oss Giacomelli

Câmpus Chapecó

Ilca Maria Ferrari Ghiggi

Câmpus Criciúma

Lucas Domingui

Câmpus Florianópolis

Andréa Martins Andujar

Câmpus Florianópolis-Continente

Caio Alexandre Martini Monti

Câmpus Garopaba

Sabrina Moro Villela Pacheco

Câmpus Gaspar

Ana Paula Kuczmynda da Silveira

Câmpus Itajaí
Carlos Alberto Souza

Câmpus Jaraguá do Sul – Centro
Jaison Vieira da Maia

Câmpus Jaraguá do Sul – Rau
Eduardo Evangelista

Câmpus Joinville
Valter Vander de Oliveira

Câmpus Lages
Thiago Meneghel Rodrigues

Câmpus Palhoça
Carmen Cristina Beck

Câmpus São Carlos
Juarez Pontes

Câmpus São José
Saul Silva Caetano

Câmpus São Lourenço do Oeste
Daniel Fernando Carossi

Câmpus São Miguel do Oeste
Diego Albino Martins

Câmpus Tubarão
Consuelo Aparecida Sielski Santos

Câmpus Urupema
Marcos Roberto Dobler Stroschein

Câmpus Xanxerê
Rosângela Gonçalves Padilha Coelho da Cruz

Comissão Própria de Avaliação
Representantes Docentes
Eduardo Beck (Presidente)
Iury de Almeida Accord
Marcos Luis Grams

Representantes Técnicos Administrativos
Diego Goltara Gomes
Elaine Cristina Machado
Saulo Bazzi Oberderfer

Representante Discente
Danilo Paes Ribeiro

Representante da Sociedade Civil
Rita de Cássia Paula Souza
Sérgio Luiz Ferreira

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
1.1. Breve apresentação da instituição.....	7
1.2. Evolução e Consolidação do Processo de Autoavaliação no IFSC.....	14
1.3. A Organização da CPA do IFSC.....	15
1.4. Autoavaliação Institucional no IFSC: um novo modelo.....	18
2. METODOLOGIA.....	22
2.1. Delineamento do Estudo.....	22
2.2. Definição da População de Pesquisa e Composição da Amostra.....	30
2.3. Instrumento e Técnicas de Coleta de Dados.....	31
2.4. Escalas e Critérios de Análise.....	31
3. ANÁLISE COMPARATIVA DA CPA CENTRAL.....	33
3.1. Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional.....	33
3.2. Eixo 2: Desenvolvimento Institucional.....	34
3.3. Eixo 3: Políticas Acadêmicas.....	34
3.4. Eixo 4: Políticas de Gestão.....	36
3.5. Eixo 5: Infraestrutura.....	38
4. ANÁLISE COMPARATIVA COM O PDI DO IFSC.....	39
4.1. Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional.....	39
4.2. Eixo 2: Desenvolvimento Institucional.....	40
4.3. Eixo 3: Políticas Acadêmicas.....	41
4.4. Eixo 4: Políticas de Gestão.....	54
4.5. Eixo 5: Infraestrutura.....	58
5. CONCLUSÕES.....	62

1. INTRODUÇÃO

A avaliação institucional interna (autoavaliação), de acordo com a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65/ 2014, está inserida no contexto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) que, instituído pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, tem entre suas finalidades a melhoria da qualidade da educação superior e a expansão da sua oferta. De acordo com o disposto no inciso VIII do Art. 3º, da Lei do Sinaes, o “planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional” devem ser considerados nas ações de avaliação e de desenvolvimento institucional. Ainda no Art. 3º, § 2º, define-se que “para a avaliação das instituições, serão utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais a autoavaliação e a avaliação externa in loco”. A autoavaliação, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da IES, deve ser vista como um processo de autoconhecimento conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), mas que envolve todos os atores que atuam na instituição, a fim de analisar as atividades acadêmicas desenvolvidas. É um processo de indução de qualidade da instituição, que deve aproveitar os resultados das avaliações externas e as informações coletadas e organizadas a partir do PDI, transformando-os em conhecimento e possibilitando sua apropriação pelos atores envolvidos. Afinal, as ações de melhoria a serem implementadas pela instituição dependem de sua própria compreensão, de seu autoconhecimento. O processo de autoavaliação da instituição deverá ser consolidado no Relatório de Autoavaliação Institucional, que tem por finalidades fomentar a cultura de avaliação institucional e subsidiar os processos de avaliação externa.

Este Relatório de Autoavaliação Institucional, referente ao triênio de 2015 a 2017 é a versão INTEGRAL do ciclo trianual que, de acordo com a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65/2014, deve “contemplar as informações e ações desenvolvidas pela CPA no ano de referência (anterior), bem como discutir o conteúdo relativo aos dois relatórios parciais anteriores, explicitando uma análise global em relação ao PDI e a todos os eixos do instrumento, de acordo com as atividades acadêmicas e de gestão. Deverá, ainda, apresentar um plano de ações de melhoria à IES”.

O relatório em questão está organizado da seguinte forma: o Capítulo 1, de introdução, está estruturado em 4 seções, fazendo uma breve apresentação da instituição e sua evolução no decurso do tempo, uma apresentação da evolução e consolidação do processo de avaliação no IFSC, bem como apresentando a organização da Comissão

Própria de Avaliação (CPA) e, por fim, um panorama da nova proposta de modelo de autoavaliação institucional que vem sendo implantado no IFSC, com as atividades desenvolvidas ao longo de 2017. No Capítulo 2 é apresentada a metodologia utilizada na autoavaliação institucional para o período de três anos contemplado neste relatório, destacando-se o delineamento do estudo, a definição da população e amostra de pesquisa e os instrumentos e técnicas de coleta de dados. No Capítulo 3, é apresentada uma análise comparativa mostrando a evolução dos indicadores avaliativos desde o ano de 2015, considerando os relatórios referentes aos anos de 2015 e 2016 publicados pela CPA Central. Já no Capítulo 4, os indicadores de autoavaliação organizados por eixos, observando-se as análises comparativas dos anos de 2015 e 2016 de cada câmpus do IFSC, são comparados com os OBJETIVOS ESTRATÉGICOS relacionados no PDI 2015-2019 da instituição, verificando-se a evolução no atendimento das principais demandas do IFSC e apresentando proposições de ação. Em anexo, são apresentados todos os relatórios comparativos dos câmpus, que subsidiam as análises apresentadas no Capítulo 4, envolvendo o período de coleta densa de dados de 2015 a 2016, com as considerações apresentadas pelas direções dos respectivos câmpus em 2017.

1.1. BREVE APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

O IFSC foi criado em Florianópolis por meio do decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, pelo presidente Nilo Peçanha, como Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina. Ao longo de sua história, passou por diversas intitulações, passando a Liceu Industrial de Florianópolis (1937), Escola Industrial de Florianópolis (1942) e Escola Industrial Federal de Santa Catarina (1965). Em 1968 tornou-se a conhecida Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETF-SC), referência na cidade, transformando-se, em 1994, em Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (CEFET-SC). Com a mudança, a instituição passou a oferecer cursos superiores de tecnologia e de pós-graduação lato sensu (especialização). A Lei Federal nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 criou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, formada por 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Assim, o CEFET-SC transformou-se em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC). Os Institutos Federais (Ifs) são autarquias vinculadas ao Ministério da Educação, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Oferecem educação básica, profissional e superior em estrutura multicâmpus, com forte inserção na área de pesquisa e extensão.

Em 2006, como parte do plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o Cefet-SC implantou três novas unidades de ensino. Uma delas, a Unidade Continente, foi instalada na parte continental de Florianópolis, oferecendo cursos na área de turismo e hospitalidade. As outras duas unidades foram implantadas no interior de Santa Catarina: em Chapecó, no oeste, e Joinville, no norte. Também em 2006, a instituição passou a oferecer o curso técnico em Pesca, o primeiro em pesca marítima do país, em Itajaí, no litoral norte, vinculado à Unidade Continente. A sétima unidade de ensino do Cefet-SC começou as atividades em fevereiro de 2008, em Araranguá, na região sul. Em 2009 e 2010, o IFSC passou por uma nova etapa de expansão, com a implantação dos câmpus Caçador, Canoinhas, Criciúma, Gaspar, Itajaí, Lages, São Miguel do Oeste e Urupema. Em 2010 foram federalizados os câmpus Geraldo Werninghaus (em Jaraguá do Sul) e Xanxerê e implantado o Câmpus Garopaba. No mesmo ano, foi criado o Câmpus Palhoça Bilíngue, primeira escola a oferecer aulas bilíngues em Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) e Português na América Latina e implantada a sede própria da Reitoria no bairro Coqueiros, em Florianópolis. Em 2015, foram inaugurados os câmpus São Carlos, Tubarão, e o Câmpus Avançado São Lourenço do Oeste, ligado ao Câmpus São Miguel do Oeste.

Paralelamente à expansão dos câmpus, houve a implantação da educação a distância no IFSC. A história começou em 2000, quando a Unidade de São José ofereceu o primeiro curso básico em Refrigeração nessa modalidade. Em 2007, o IFSC (então Cefet) também aderiu ao Programa Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil/MEC), implantando o curso técnico em Informática para a Internet.

Atualmente, o IFSC oferta cursos em mais de 30 polos de apoio presencial em Santa Catarina e nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. A educação a distância no IFSC é coordenada pelo Centro de Referência em Formação e EaD (Cerfead), que também é responsável pelos programas de formação de professores e demais educadores e de gestores do serviço público.

A Lei nº 11.892, em seu artigo 7º define, ainda, os objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica. (BRASIL, 2008).

Vinculada ao Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), o IFSC tem sede e foro em Florianópolis, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Sua estrutura é multicâmpus, com proposta orçamentária anual identificada por câmpus e Reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

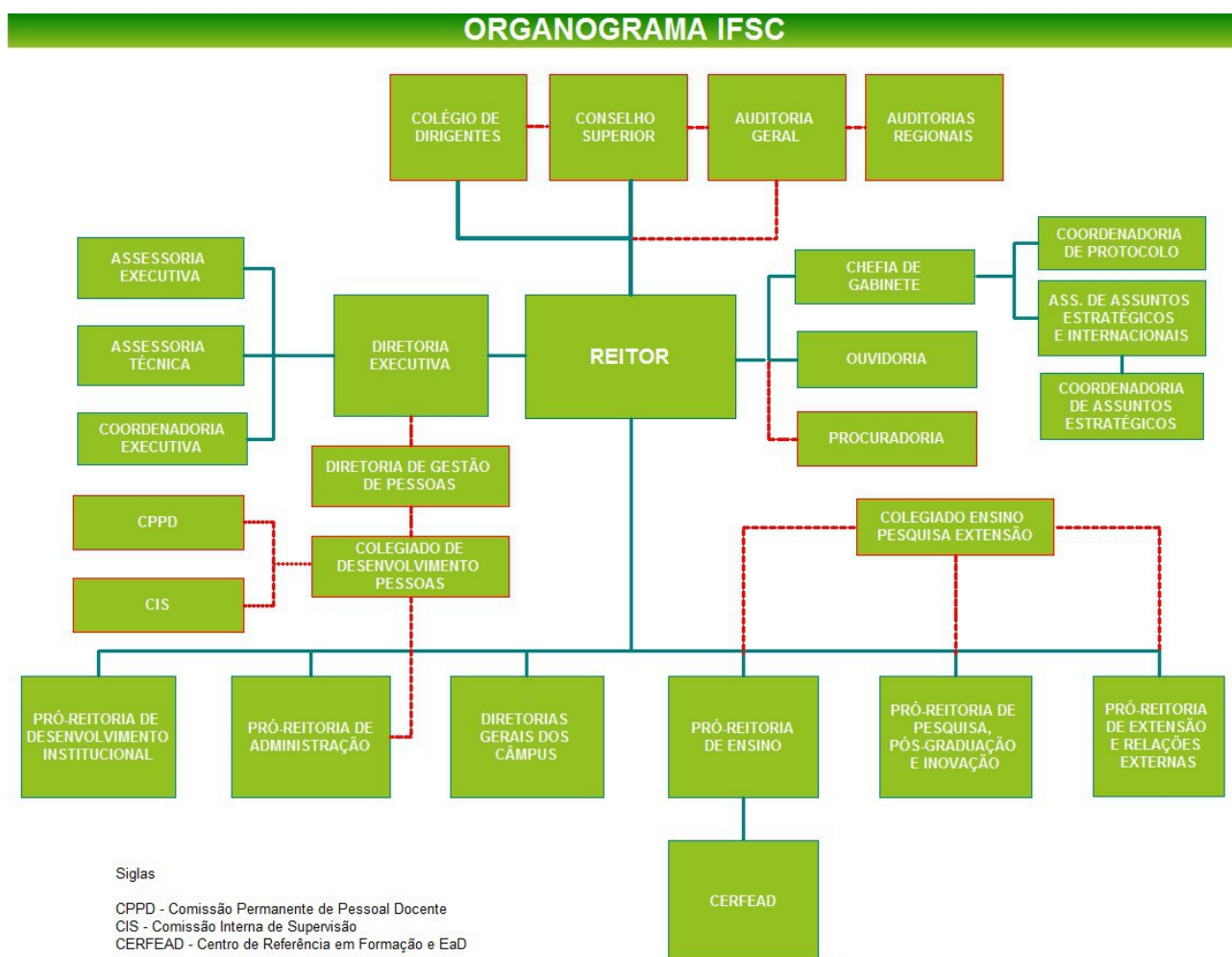


Figura 1. Estrutura organizacional do IFSC.

Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

O IFSC vem aumentando de forma acentuada a oferta de vagas, tanto na educação presencial quanto na educação a distância, sendo composto por uma Reitoria, localizada em Florianópolis, e mais 22 Câmpus localizados em todo o Estado de Santa Catarina, a saber: Araranguá, Caçador, Canoinhas, Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Florianópolis-Continente, Garopaba, Gaspar, Itajaí, Jaraguá do Sul, Jaraguá do Sul - Rau, Joinville, Lages, Palhoça, São Carlos, São José, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Tubarão, Urupema e Xanxerê, com distribuição geográfica conforme o mapa seguinte.



Figura 2. Presença do IFSC no Estado.

Fonte: Diretoria de Comunicação do IFSC.

A expansão e interiorização institucional pode ser quantificada no número de matrículas no período de 2008 a 2017, conforme apresentado na figura 3. A expansão demanda uma força de trabalho para atender o público da educação profissional e tecnológica, sendo constituída por profissionais docentes para a atividade-fim e técnicos-administrativos para a atividade-meio. A figura 4 apresenta a evolução deste quadro até 2016.

Evolução de matrículas IFSC (2008-2017)

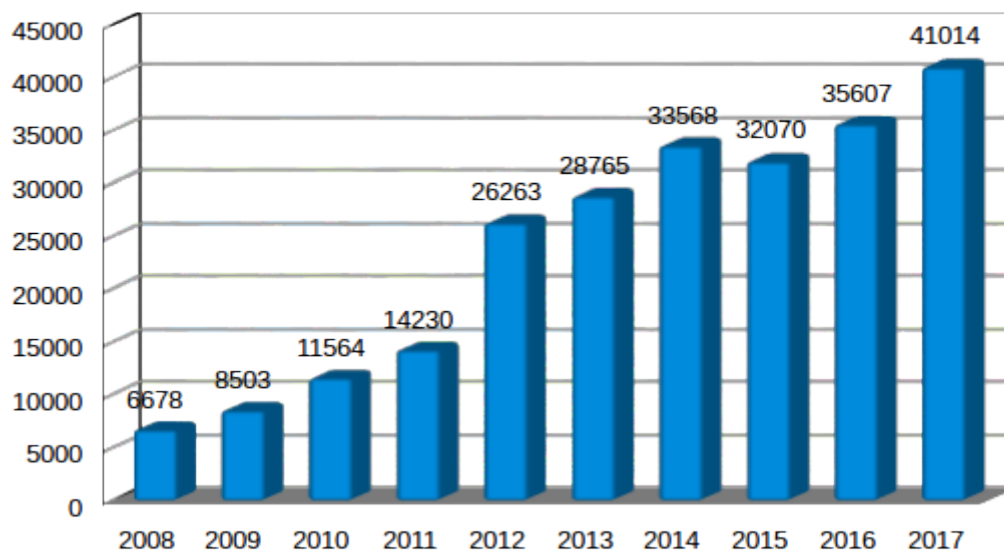


Figura 3. Evolução das matrículas no período de 2008 a 2017

Fonte: Anuário Estatístico do IFSC.

Evolução do quadro de servidores do IFSC (2008-2016)

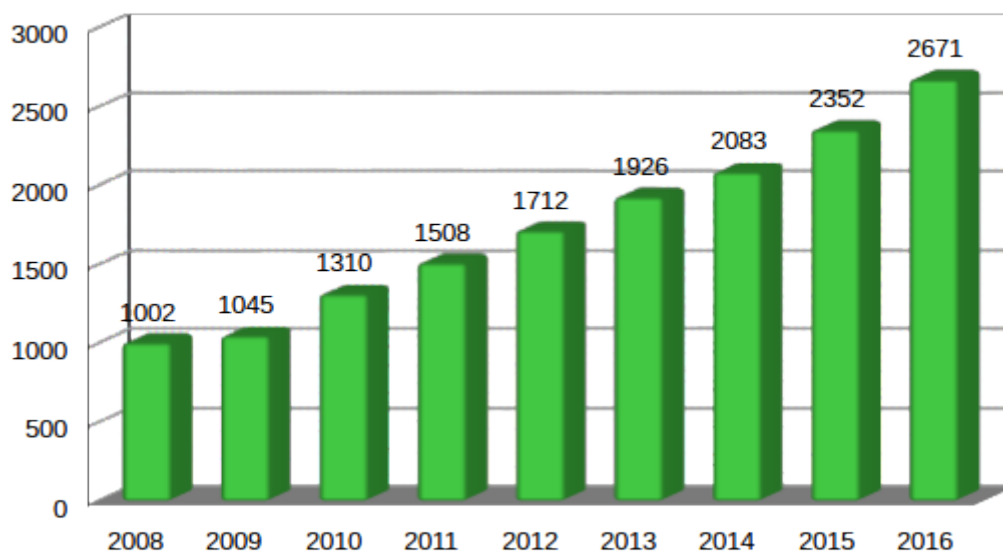


Figura 4. Quadro de servidores no período de 2008 a 2016.

Fonte: Anuário Estatístico do IFSC.

Conforme o Anuário Estatístico IFSC/PROEN 2018 (ano base 2017), o IFSC oferece atualmente 49 cursos de nível superior em 21 câmpus, incluindo o Centro de Referência em EaD (Cerfead), conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1. Cursos oferecidos pelo IFSC por câmpus.

Fonte: Anuário Estatístico do IFSC 2018.

<p>Araranguá</p> <ul style="list-style-type: none"> • Licenciatura - Física • Tecnologia - Design de Moda <p>Caçador</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bacharelado - Engenharia de Produção • Bacharelado - Sistemas de Informação <p>Canoinhas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tecnologia - Alimentos • Tecnologia - Análise e Desenvolvimento de Sistemas <p>Chapecó</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bacharelado - Engenharia de Controle e Automação <p>Cerfead</p> <ul style="list-style-type: none"> • Licenciatura - Educação Profissional e Tecnológica <p>Criciúma</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bacharelado - Engenharia Mecatrônica • Licenciatura - Química <p>Florianópolis - Centro</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bacharelado - Engenharia Civil • Bacharelado - Engenharia de Controle e Automação • Bacharelado - Engenharia Elétrica • Bacharelado - Engenharia Eletrônica • Tecnologia - Construção de Edifícios • Tecnologia - Design de Produto • Tecnologia - Eletrônica industrial • Tecnologia - Gestão da Tecnologia da Informação • Tecnologia - Radiologia • Tecnologia - Sistemas de Energia <p>Florianópolis - Continente</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tecnologia - Gastronomia • Tecnologia - Hotelaria <p>Garopaba</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tecnologia - Gestão Ambiental <p>Gaspar</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tecnologia - Análise e Desenvolvimento de Sistemas • Tecnologia - Design de Moda • Tecnologia - Processos gerenciais • Tecnologia - Gestão Pública 	<p>Itajaí</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bacharelado - Engenharia Elétrica <p>Jaraguá do Sul</p> <ul style="list-style-type: none"> • Licenciatura - Física <p>Jaraguá do Sul - Rau</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bacharelado - Engenharia Elétrica • Tecnologia - Fabricação Mecânica <p>Joinville</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bacharelado - Engenharia Elétrica • Bacharelado - Engenharia Mecânica • Tecnologia - Gestão Hospitalar • Tecnologia - Mecatrônica industrial <p>Lages</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bacharelado - Ciência da Computação • Bacharelado - Engenharia Mecânica • Tecnologia - Processos Químicos <p>Palhoça-Bilíngue</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tecnologia - Produção Multimídia • Licenciatura - Pedagogia Bilíngue <p>São José</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bacharelado - Engenharia de Telecomunicações • Licenciatura - Química • Tecnologia - Sistemas de Telecomunicações <p>São Miguel do Oeste</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bacharelado - Agronomia • Tecnologia - Alimentos <p>Tubarão</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tecnologia - Análise e Desenvolvimento de Sistemas <p>Urupema</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tecnologia - Alimentos • Tecnologia - Viticultura e Enologia <p>Xanxerê</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bacharelado - Engenharia Mecânica
--	---

1.2. EVOLUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO NO IFSC

A autoavaliação institucional no IFSC teve início em 2005 com a instalação da Comissão Própria de Avaliação (CPA). Em 2006 efetuou-se a primeira coleta de dados com o segmento da comunidade acadêmica envolvida nos cursos superiores (naquela época, apenas os câmpus Florianópolis e São José ofertavam cursos superiores). Nesta primeira avaliação, os questionários eram impressos e a tabulação feita manualmente. Em 2007 não foi realizada avaliação institucional e, de 2008 a 2010, a avaliação foi direcionada aos Câmpus e segmentos envolvidos nos cursos superiores. A partir de 2011 foi possibilitado que toda comunidade do IFSC, independente de Câmpus, participasse da avaliação institucional via internet, incluindo a comunidade acadêmica dos cursos técnicos.

No sentido de estabelecer sua consolidação institucional, a partir de 2010 as atividades da Comissão Própria de Avaliação (CPA Central) do IFSC foram devidamente regulamentadas pela Resolução N° 26/2010 aprovada pelo Conselho Superior (CONSUP). De forma complementar, em outubro de 2014 o Regimento da CPA foi reformulado, de modo a definir o funcionamento das CPA's Locais que seriam instaladas nos Câmpus e na Reitoria.

Assim, em consonância com a legislação vigente, a CPA do IFSC atua de forma autônoma e independente, em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes no IFSC, porém, aderente a estes, e, para fins de suporte administrativo, a CPA é assessorada pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN).

Reitera-se que a avaliação institucional no IFSC segue os princípios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), sendo que, conforme estabelecido pela Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65/2014, a partir do ano de referência de 2015, o Relatório de Autoavaliação passou a ser submetido anualmente, por meio do Sistema e-MEC, perfazendo ciclos trienais, sendo o primeiro ciclo composto pelas avaliações de 2015, 2016 e 2017.

1.3. A ORGANIZAÇÃO DA CPA DO IFSC

A CPA é constituída por uma Comissão Central, composta por representantes do corpo docente, representantes do corpo técnico-administrativo, representantes do corpo discente e um representante da sociedade civil, e por comissões locais nos Câmpus e na Reitoria. Para essa comissão, a autoavaliação institucional é um processo de caráter diagnóstico, formativo e de compromisso coletivo, que tem por objetivo identificar o perfil institucional e o significado de sua atuação por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, observados os princípios do SINAES e as singularidades do IFSC. A Tabela 2 apresenta a composição atual da CPA Central do IFSC.

Tabela 2: Composição da CPA Central do IFSC.

CPA CENTRAL			
Nome	Câmpus	Segmento	Portaria de designação
Eduardo Beck	Florianópolis	Docente	2100/16 - 19/07/2016
Iury de Almeida Accordi	Joinville	Docente	3434/16 - 19/12/2016
Marcos Luis Grams	Criciúma	Docente	1819/17 - 08/07/2017
Diego Goltara Gomes	Gaspar	TAE	2100/16 - 19/07/2016
Elaine Cristina Machado	Reitoria	TAE	1819/17 - 08/07/2017
Saulo Bazzi Oberderfer	Chapecó	TAE	2100/16 - 19/07/2016
Danilo Paes Ribeiro	Tubarão	Discente	2100/16 - 19/07/2016
Rita de Cássia Paula Souza	UDESC	Externo	
Sérgio Luiz Ferreira	UFSC	Externo	

As competências da CPA Central são, em consonância com a Resolução CONSUP nº 49, de 23 de dezembro de 2014, são:

- I - elaborar e executar o projeto de autoavaliação do IFSC;
- II - conduzir o processo de autoavaliação da instituição e encaminhar parecer para subsidiar o processo decisório;
- III - sistematizar e analisar as informações do processo de autoavaliação do IFSC;
- IV - implementar ações visando à sensibilização da comunidade do IFSC, para o processo de avaliação institucional;
- V - fomentar a produção e socialização do conhecimento na área de avaliação;
- VI - disseminar, permanentemente, informações sobre avaliação;
- VII - avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos internos de avaliação já existentes na instituição, para subsidiar os novos procedimentos;

VIII - acompanhar, permanentemente, o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e o Projeto Pedagógico Institucional – PPI;

IX - articular-se com as CPAs de outras IES e com a CONAES;

X. dar ciência ao Conselho Superior sobre as atividades desenvolvidas, mediante relatórios, pareceres e recomendações.

De forma integrada, as comissões locais da CPA, nos câmpus, são compostas por três representantes: um docente, um discente e um técnico administrativo. Já a comissão local da CPA, em especial, na Reitoria, é composta por três representantes dos servidores em atuação na Reitoria. A tabela 3 apresenta a composição das CPA Locais do IFSC, devidamente instituídas pela Portaria nº 2116, de 20 de julho de 2016 e por portarias complementares dos respectivos câmpus.

As comissões locais da CPA têm as seguintes competências:

I - organizar e controlar a aplicação dos instrumentos de avaliação em seu câmpus/Reitoria;

II - conduzir o processo de autoavaliação no Câmpus/Reitoria e encaminhar parecer para subsidiar o processo decisório;

III - acompanhar os processos de avaliação externa do Câmpus e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE);

IV - subsidiar os Núcleos Docentes Estruturantes (NDE's) dos cursos superiores, bem como as coordenações dos cursos técnicos, com informações decorrentes do processo avaliativo para a consolidação dos respectivos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC);

V – acompanhar, no âmbito do Câmpus/Reitoria, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e o Projeto Pedagógico Institucional – PPI;

VI - implementar ações visando à sensibilização da comunidade do Câmpus/Reitoria, para o processo de avaliação institucional;

VII - sistematizar e analisar as informações do processo de autoavaliação do Câmpus/Reitoria;

VIII - propor à Comissão Central instrumentos de avaliação específicos à realidade do Câmpus/Reitoria;

IX - realizar a socialização dos resultados do processo autoavaliativo no Câmpus/Reitoria;

X - sugerir ações e encaminhar relatórios para a Comissão Central.

Tabela 3: Composição das CPAs locais, nos câmpus e na Reitoria.

CÂMPUS	REPRESENTANTES POR SEGMENTO		
	Docente	TAE	Discente
Araranguá	Marcelo Salmeron Figueredo	Clarice Bento Venâncio Inácio	Thalyta Gonçalves Bertotti
Caçador	Carlos Eduardo Deodoro Rodrigues	Renan Batista dos Santos Ribeiro	Thalia Farinon
Canoinhas	Jorge Armindo Sell	Rafael Mauricio Castanho	Daiana Rafaela Ellvanger
Chapecó	Lara Popov Zambiasi Bazzi Oberderfer	Luciane Stein	Eduardo Luiz Toledo
Criciúma	Roslene de Almeida Garbelotto	Dionês Maziero Stefanello	Ana Cristina de Castro
Florianópolis	Antônio Pereira Cândido	Anderson Antonio Mattos Martins	Igor Godinho Debastiani
Florianópolis - Continente	Tanes Kfourri	Marcia Coghetto Piva	Gabriel Gama
Garopaba	Felix Lozano Medina	Mauro Lorençatto	Sérgio Estácio Gonçalves
Gaspar	Bárbara Silvana Sabino	Osni Cristiano Reisch	Jorge Luiz Sant'Anna de Souza
Itajaí	Maria Letícia Nastari Millas	Michele Silva Valadão	Ademir Goulart
Jaraguá do Sul	Elson Quil Cardozo	Valli Regina Antonius Eissler	Iankie Gabriel Milani
Jaraguá do Sul - Rau	Rogério Luiz Nascimento	Rodrigo Domit	Thayná Schmidt Kosloski
Joinville	Alexandre Werner Arins	Jorge Adriano Prestes	Julio Cesar Marinoso Junior
Lages	Marco Aurelio Woehl	Janaína Muniz	Letícia Ventura dos Santos
Palhoça	Marcos André dos Santos	Fernanda Kuntze	Graziele da Silva
São Carlos	Israel da Silva Mota	Alexandre Ribeiro da Silva	Sérgio Schonberger
São José	Alexandre Moreira	Ana Elizabeth Martens	Julia Luiza Eiroff
São Lourenço do Oeste	Aguinaldo Silva Barbosa	Jonathan Gilliard Richter	Jocimar Barbosa de Araujo
São Miguel do Oeste	Yussef Parcianelo	Dirce Griebeler Bruxel Werlang	Eduardo Lolato
Tubarão	Sandro Matias da Cunha	Fernanda Corrêa Garcia	Samuel Bressam Barbosa
Urupema	Guilherme Sadá Ramos	Juarez Oligario Júnior	Beatriz Rodrigues Santa Rosa
Xanxerê	Rosângela Ramon	Geslene Agostini	Guilherme Bruschi Frizzo
TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS			
Reitoria	Mariana Feminella Veiga Sampietro	Paula Oliveira Camargo	Tiago Souza Garcia

1.4. AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO IFSC: UM NOVO MODELO

Conforme nova proposta de modelo de autoavaliação em desenvolvimento pela CPA do IFSC, o processo ocorrerá em ciclos de 3 anos (conforme determinado pela Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65/ 2014) com a seguinte formatação (aprovada na reunião do CODIR de 14/12/2017):

1. (1º ano do ciclo): avaliação do relatório INTEGRAL do ciclo anterior; definição das estratégias para divulgação e encaminhamentos das ações decorrentes do relatório; consulta à comunidade sobre os resultados do ciclo anterior e sobre questões estratégicas selecionadas, a depender desses resultados; consulta à comunidade sobre o processo de avaliação do ciclo anterior e seus resultados (meta-avaliação); elaboração do 1º relatório parcial com a consolidação do ciclo anterior, resultados da meta-avaliação e recomendações para a gestão e para a continuidade do processo avaliativo.
2. (2º ano do ciclo): organização do processo mais denso de coleta de dados e consulta à comunidade, fundamentado no relatório anterior; coleta ampla de dados, com questionário revisado de acordo com as necessidades e estratégias apontadas no 1º ano; consolidação dos resultados da coleta densa em relatórios por câmpus; consolidação dos resultados de todos os câmpus no 2º relatório parcial.
3. (3º ano do ciclo): análise do relatório do ano anterior em comparação com o relatório integral do ciclo anterior e com o PDI (por câmpus e geral); manifestação da gestão dos câmpus e da Reitoria acerca dos resultados levantados e recomendações apontadas; consulta à comunidade para apontamento de prioridades e ações; proposição de ações pela CPA; consolidação dos resultados do ciclo no relatório INTEGRAL.

A confecção do relatório INTEGRAL de 2017, considerando que este é o primeiro ciclo que exige tal configuração, além de atender ao preposto na nota técnica, já procura atender à nova proposta de autoavaliação descrita acima. Sendo assim, conforme aprovado na reunião do CODIR de 14/12/2017, as CPAs locais de cada câmpus desenvolveram em 2017 seus relatórios comparativos referentes aos processos de

autoavaliação institucional de 2015 e 2016, a fim de compor a análise geral do ciclo avaliativo. Esse relatório tem por objetivo fazer um diagnóstico da evolução dos 5 eixos temáticos avaliados pela comunidade nesses anos e apontar recomendações de ações a serem encaminhadas para a gestão da instituição. A partir dessa análise, foi aprovado também pelo CODIR que cada Direção Geral de Câmpus receba o respectivo relatório da CPA e faça um estudo sobre o que ali foi apontado, tecendo, na sequência, suas CONSIDERAÇÕES de gestão. Essas considerações têm por finalidade trazer à luz da avaliação institucional, não apenas a opinião da comunidade, mas também o retorno de quem tem a responsabilidade de responder pela instituição. Tais considerações não são apenas justificativas de ações que não puderam ser realizadas, mas uma abertura para a gestão realmente apresentar o que tem executado, suas dificuldades e seu planejamento para o futuro. Após retorno dos relatórios com as considerações do corpo diretivo, a CPA Central consolida aqui todas as informações em comparação direta com os OBJETIVOS ESTRATÉGICOS relacionados no Planejamento Estratégico da instituição, que compõe o PDI 2015-2019 do IFSC.

Neste ano de 2017, a CPA desenvolveu uma série de atividades visando a melhoria do processo de autoavaliação institucional e o desenvolvimento de um novo modelo. Dentre elas, pode-se citar:

- **I Seminário das CPAs do IFSC (I SCPA) (02/06/2017 - Reitoria - Florianópolis):** evento organizado pela CPA Central do IFSC e viabilizado pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN), com a participação de membros de todas as CPAs locais dos câmpus do IFSC. Contou com palestra proferida pelo Prof. Mário César Barreto Moraes (membro da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES/MEC) e debates com todos os participantes acerca dos processos envolvidos na autoavaliação e seus casos de sucesso.
- **3º Simpósio Avaliação da Educação Superior (AVALIES) (05 e 06/09/2017 - UFSC - Florianópolis):** este simpósio é um evento de nível nacional que se propõe a discutir o processo de avaliação da Educação Superior em todo o Brasil. O IFSC participou do evento com apresentação no Painel III - Autoavaliação Institucional nas IES Públicas de Santa Catarina: Rede Estadual de Comissões Próprias de Avaliação, juntamente com representantes da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), UDESC (Universidade do estado de Santa Catarina), UFFS (Universidade federal da Fronteira Sul) e IFC (Instituto Federal Catarinense).

Neste mesmo evento foi assinado termo de compromisso de criação da REDE CATARINENSE DE COMISSÕES PRÓPRIAS DE AVALIAÇÃO, composta inicialmente pelas CPAs do IFSC, UFSC, UDESC, UFFS, IFC e USJ (Centro Universitário Municipal de São José).

- **Reunião estendida das CPAs do IFSC (08 e 09/11/2017 - Câmpus Florianópolis - Continente):** considerando a proposição de um novo modelo de autoavaliação, a CPA Central do IFSC organizou uma atividade estendida com a participação de todas as CPAs locais para definição de uma proposta concreta de modelo e organização do processo de autoavaliação 2017. O evento foi também viabilizado pela PRODIN.
- **Grupos de trabalho das CPAs do IFSC:** no I SCPA foram definidos 3 grupos de trabalho (GTs) para encaminhamento de ações e proposições acerca dos processos de autoavaliação, a saber: Grupo a) Revisão do regimento interno; Grupo b) Processos de coleta, análise e apresentação dos dados; Grupo c) Divulgação e acompanhamento dos resultados. A partir desses grupos, foram propostas novas estratégias de avaliação e divulgação e novas propostas de redação do regimento interno da CPA, destacando-se a composição dos núcleos locais, a participação da Reitoria e as atribuições da própria CPA.

De modo a evidenciar o planejamento adotado na implementação do processo avaliativo no IFSC, bem como, as ações operacionais decorrentes desse processo, é apresentado na Tabela 4 o cronograma de implementação da avaliação institucional, referente ao exercício 2017/2018.

2. METODOLOGIA

Esta seção contempla os procedimentos metodológicos adotados no processo avaliativo do ciclo 2015-2017. A primeira seção apresenta o delineamento do estudo, os eixos e dimensões contemplados, bem como os objetivos estratégicos avaliados. Na seção seguinte, apresenta-se a população de pesquisa, seus estratos e unidades de análise. As seções seguintes descrevem o instrumento de coleta de dados utilizado, as técnicas de coleta de dados e, por fim, as escalas adotadas para avaliação e os critérios de análise considerados.

2.1. DELINEAMENTO DO ESTUDO

O levantamento realizado pela CPA do IFSC é um estudo aplicado, descritivo, de natureza quantitativa, do tipo *survey*, que adota o questionário estruturado como instrumento de coleta de dados primários, disponibilizado aos respondentes por meio de ambiente virtual, e também qualitativa, analisando os dados resultantes da coleta em comparação com outros indicadores de avaliação da instituição e com seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O atual estudo, que compõe este relatório na modalidade INTEGRAL, é composto pelas seguintes etapas:

1. Aplicação, no segundo semestre de 2015 e segundo semestre de 2016, de questionário de pesquisa on line com conjunto de questões do tipo múltipla escolha (com possibilidade de escolha de apenas uma resposta), abrangendo os 5 eixos e 10 dimensões consideradas no processo de avaliação do SINAES (veja Tabela 5). O questionário foi aplicado aos 3 segmentos acadêmicos DISCENTES (curso técnico, PROEJA técnico, graduação e pós-graduação), DOCENTES e TÉCNICO ADMINISTRATIVOS.
2. Análise quantitativa e qualitativa desses questionários, com os dados gerais de todo o IFSC e também por câmpus, com resultados publicados nos relatórios parciais de 2015 e 2016. A análise é agrupada por eixo e por dimensão.

3. Divulgação dos relatórios à comunidade acadêmica e gestores, com a finalidade de proporcionar ações de melhoria na instituição e subsidiar os planejamentos anuais de trabalho dos câmpus (PATs).
4. Análise comparativa entre os resultados dos relatórios 2015 e 2016, tanto dos dados gerais quanto por câmpus, buscando destacar casos de sucesso, casos críticos, melhorias e pioras acentuadas neste período. A análise é agrupada por eixo e por dimensão.
5. Considerações do corpo diretivo de cada câmpus acerca das respectivas análises e sugestões apresentadas nos relatórios encaminhados pelas CPAs locais.
6. Análise comparativa entre os resultados compilados dos relatórios dos câmpus, com suas respectivas considerações do corpo diretivo, agrupando-se os resultados por eixos e dimensões, com os OBJETIVOS ESTRATÉGICOS relacionados no Planejamento Estratégico da instituição, que compõe o PDI 2015-2019 do IFSC (veja Figura 5 e descrições a seguir). A Tabela 6 apresenta a relação direta dos EIXOS e DIMENSÕES com os OBJETIVOS ESTRATÉGICOS. A partir dessa análise, são apresentadas proposições de estudos e ações.

Tabela 5. Eixos e dimensões a serem avaliados.

Fonte: INEP/MEC.

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional
Dimensão 8: planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.
Eixo 2: Desenvolvimento Institucional
Dimensão 1: a missão e o plano de desenvolvimento institucional. Dimensão 3: a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.
Eixo 3: Políticas Acadêmicas
Dimensão 2: a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades. Dimensão 4: a comunicação com a sociedade. Dimensão 9: políticas de atendimento aos estudantes.
Eixo 4: Políticas de Gestão
Dimensão 5: as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho. Dimensão 6: organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios. Dimensão 10: sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.
Eixo 5: Infraestrutura Física
Dimensão 7: infraestrutura física, especialmente a de ensino de pesquisa e de extensão, biblioteca, recursos de informação e comunicação.



Figura 5. Mapa estratégico do IFSC.

Fonte: PDI do IFSC 2015-2019.

OBJETIVOS DA PERSPECTIVA ALUNOS E SOCIEDADE

Objetivo A1: Atender os potenciais alunos, considerando seus diferentes perfis e o contexto social, ambiental e econômico da sua região.

Descrição: Ampliar a efetividade do IFSC como instituição pública de educação profissional, científica e tecnológica, buscando ativamente o atendimento às demandas latentes e explícitas por formação profissional.

Objetivo A2: Gerar, difundir e transferir conhecimento e tecnologia de acordo com as demandas da sociedade.

Descrição: Produzir, compartilhar e aplicar conhecimentos de tal maneira que a sociedade possa utilizá-los para o desenvolvimento de produtos, processos e serviços que contribuam efetivamente para a transformação da sociedade, de forma alinhada às demandas do setor produtivo e do contexto social.

Objetivo A3: Proporcionar formação ampla e qualificada aos alunos.

Descrição: Proporcionar aos alunos uma formação profissional e cidadã fundamentada no ensino, na pesquisa e na extensão, fomentando sua participação em intercâmbios, atividades científicas, culturais e desportivas.

Objetivo A4: Atender às demandas dos alunos com efetividade.

Descrição: Melhorar e implantar processos que otimizem o tempo e a qualidade de atendimento aos alunos no que se refere às suas demandas administrativas, pedagógicas e sociais, dentro das atribuições legais do IFSC.

Objetivo A5: Fortalecer a inserção socioprofissional do aluno e do egresso.

Descrição: Estabelecer as condições necessárias para garantir a qualidade do processo de formação profissional dos alunos, por meio de estágios e atividades empreendedoras, favorecendo a inserção socioprofissional do aluno e do egresso e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural.

Objetivo A6: Consolidar a imagem e a identidade institucional.

Descrição: Consolidar a imagem do IFSC como uma instituição multicâmpus com identidade única, pública, gratuita e de qualidade. Além disso, propiciar aos seus públicos estratégicos a compreensão da sua abrangência, história e valores, bem como da importância da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica.

Objetivo A7: Melhorar a qualidade da aplicação dos recursos públicos.

Descrição: Otimizar continuamente a gestão dos processos, de modo a alcançar com efetividade as metas institucionais.

OBJETIVOS DA PERSPECTIVA DOS PROCESSOS

<p>Objetivo P1: Estruturar a oferta de cursos com base na estratégia.</p> <p>Implantar e otimizar processos para a adequação da oferta de cursos, de modo a reduzir a evasão, aumentar a inserção profissional e ampliar o impacto social da instituição. Além disso, fundamentar a elaboração de currículos na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, nos perfis demandados para os egressos e no perfil socioeconômico dos potenciais alunos.</p>
<p>Objetivo P2: Aprimorar o processo de ingresso.</p> <p>Reestruturar o processo de ingresso em uma perspectiva inclusiva, ampliando o acesso dos públicos previstos em lei e otimizando os recursos.</p>
<p>Objetivo P3: Aprimorar os processos que conduzem à permanência e ao êxito.</p> <p>Aprimorar estratégias de acolhimento e acompanhamento discente a partir do fortalecimento do planejamento e da avaliação das ações pedagógicas.</p>
<p>Objetivo P4: Fortalecer a internacionalização do IFSC.</p> <p>Fortalecer a internacionalização do IFSC com redes acadêmicas, ampliando as oportunidades de mobilidade de estudantes e servidores, divulgação, produção científica e tecnológica.</p>
<p>Objetivo P5: Acompanhar egressos.</p> <p>Desenvolver ferramentas para avaliação do processo de inserção profissional dos egressos, bem como da continuidade dos estudos. Dessa forma, será possível viabilizar o replanejamento das políticas e estratégias institucionais quanto à oferta de cursos e vagas, o fortalecimento das ações de inserção e a compreensão das percepções dos egressos quanto à formação recebida.</p>
<p>Objetivo P6: Qualificar a comunicação com os públicos estratégicos.</p> <p>Estabelecer uma relação permanente, estruturada, sistemática e pró-ativa com os públicos estratégicos do IFSC, identificando os seus perfis e monitorando seu comportamento para o atendimento de suas demandas.</p>
<p>Objetivo P7: Ampliar e qualificar a intervenção na sociedade civil organizada.</p> <p>O IFSC deve participar ativamente das esferas pública, privada e do terceiro setor, atuando como agente de divulgação e de reconhecimento da EPCT.</p>
<p>Objetivo P8: Atender as pessoas com necessidades específicas.</p> <p>Aperfeiçoar e implantar processos para atendimento adequado às pessoas com necessidades específicas.</p>

<p>Objetivo P9: Consolidar a governança institucional e a gestão em rede.</p> <p>Garantir a integração, inovação e efetividade do modelo de gestão institucional em rede, alinhado à otimização dos processos e estruturas implementadoras da estratégia.</p>
<p>Objetivo P10: Gerenciar recursos financeiros com efetividade.</p> <p>Planejar a captação, a aplicação e a execução dos recursos financeiros, de modo a maximizar os resultados da instituição e otimizar o tempo de atendimento às demandas.</p>
<p>Objetivo P11: Garantir infraestrutura física e tecnológica adequada às ofertas.</p> <p>Gerenciar recursos de modo a garantir que a infraestrutura física e tecnológica necessária ao Plano de Oferta de Cursos e Vagas e a todos os processos de apoio ou finalísticos relacionados esteja constantemente disponível e atualizada.</p>

OBJETIVOS DA PERSPECTIVA PESSOAS E CONHECIMENTO

<p>Objetivo C1: Favorecer o compartilhamento do conhecimento e a cooperação entre servidores e áreas.</p> <p>Prover um ambiente institucional que favoreça a comunicação, a cooperação e as condições necessárias para a produção e o compartilhamento do conhecimento individual e organizacional.</p>
<p>Objetivo C2: Disponibilizar dados, informações e conhecimento.</p> <p>Prover a infraestrutura necessária para garantir a disponibilização de dados e informações para a produção de conhecimento. Além disso, disseminar a cultura de utilização desses dados para qualificar a tomada de decisões.</p>
<p>Objetivo C3: Promover a qualidade de vida no trabalho.</p> <p>Promover a atenção à saúde e à melhoria da qualidade de vida do servidor, contribuindo para seu desenvolvimento pessoal e profissional.</p>
<p>Objetivo C4: Promover o desenvolvimento dos servidores e captar as competências necessárias para a execução da estratégia.</p> <p>Identificar as competências individuais e institucionais necessárias ao desenvolvimento das iniciativas relacionadas aos objetivos estratégicos e promover ações para a diminuição da lacuna de competências.</p>
<p>Objetivo C5: Desenvolver cultura organizacional orientada à estratégia.</p> <p>Consolidar a identidade institucional e desenvolver a cultura da gestão em rede, da comunicação, da inclusão social, da inserção profissional, da pesquisa como método pedagógico e da inovação.</p>

Tabela 6: Quadro de relacionamento entre eixos/dimensões versus objetivos estratégicos.

	ALUNOS E SOCIEDADE							PROCESSOS											PESSOAS E CONHECIMENTO					
	A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9	P10	P11	C1	C2	C3	C4	C5	
Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional																								E
Dimensão 8: Planejamento e Avaliação																								D
Eixo 2: Desenvolv. Institucional					E									E	E		E							E
Dimensão 1: Missão e Plano de Desenv. Institucional																								D
Dimensão 3. Responsabilidade Social da Instituição					D									D	D		D							
Eixo 3: Políticas Acadêmicas		E	E	E				E		E			E											
Dimensão 2.1: Políticas para o Ensino			D	D						D														
Dimensão 2.2: Políticas para a Pesquisa		D	D																					
Dimensão 2.3: Políticas para a Extensão		D	D																					
Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade						D							D											
Dimensão 9: Políticas de Atendimento ao Estudante				D				D																
Eixo 4: Políticas de Gestão																E	E		E		E	E		
Dimensão 5: Políticas de Pessoal																			D		D	D		
Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição																D								
Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira.																	D							
Eixo 5: Infraestrutura Física															E			E						
Dimensão 7: Infraestrutura Física															D			D						

2.2. DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO DE PESQUISA E COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA

A população de pesquisa considerada no estudo é a comunidade acadêmica do IFSC, que é composta por três estratos particulares, a saber, o corpo DOCENTE, o corpo DISCENTE e corpo de TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA EDUCAÇÃO (TAE's). Cabe ressaltar que a consulta ao segmento discente no presente estudo concentrou-se naqueles alunos(as) regularmente matriculados(as) nos tipos de curso técnico, PROEJA técnico, graduação e pós-graduação ofertados pelo IFSC nas modalidades presencial e a distância, não participando deste processo de avaliação os alunos dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e PRONATEC.

Já as unidades de análise da pesquisa são os câmpus e a Reitoria do IFSC (incluindo-se o CERFEAD na amostra da Reitoria), sendo que os elementos de pesquisa considerados são aqueles que compõem os estratos da população definida – ou seja, os segmentos docente, discente e TAE, lotados ou matriculados nas unidades de análise. As Tabelas 7 e 8 sintetizam as populações e amostras consideradas nos anos de 2015 e 2016, respectivamente. A população discente considerada é composta pelos alunos com MATRÍCULAS ATIVAS, que correspondem aos alunos oficialmente matriculados e cursando pelo menos um componente curricular de um curso na última semana letiva do ano.

Tabela 7: População e amostra por estratos de respondentes 2015.

Fonte: Anuário Estatístico do IFSC 2016.

	Estratos da População			TOTAL
	Docentes	Discentes	TAE's	
População	1.272	12.892	1.080	15.244
Amostra	672	4.785	608	6.065
%	52%	37%	56%	40%

Tabela 8: População e amostra por estratos de respondentes 2016.

Fonte: Anuário Estatístico do IFSC 2017.

	Estratos da População			TOTAL
	Docentes	Discentes	TAE's	
População	1.485	12.955	1.186	15.626
Amostra	1.051	5.956	755	7.782
%	71%	46%	64%	50%

2.3. INSTRUMENTO E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Para realização da pesquisa com a comunidade acadêmica, foi elaborado instrumento de coleta de dados do tipo questionário estruturado, predominantemente composto por questões apresentadas em escalas ordinais do tipo *Likert*, mas com espaço específico para uma única resposta aberta, com limite de caracteres, ao final do instrumento. O *software* adotado para elaboração do instrumento, coleta e tratamento dos dados primários foi o LIMESURVEY, versão 2.06+ *Build* 160129, programa desenvolvido em base *open source*, não proprietária. A coleta de dados se deu pelo acesso individual do respondente ao questionário disponibilizado no ambiente virtual, a partir de qualquer local, sem a interferência ou participação de servidores no processo de preenchimento das respostas. Para acesso aos instrumentos de coleta de dados por parte dos discentes, os membros das CPA's Locais visitaram as salas de aulas para mobilização, bem como, estimularam os docentes a levarem suas turmas, em diferentes dias e horários, aos laboratórios de informática dos diversos Câmpus do IFSC, de forma a aumentar a participação discente no processo avaliativo.

2.4. ESCALAS E CRITÉRIOS DE ANÁLISE

As análises dos dados quantitativos coletados foram realizadas com base em medidas de posição, a partir da sumarização dos dados coletados, com ordenação dos níveis de qualidade atribuídos aos indicadores ora avaliados. Já para a pergunta aberta disponibilizada no instrumento adotou-se a técnica de análise de conteúdo, com a identificação de termos ou aspectos recorrentes nos relatos dos membros de cada segmento consultado. Para coleta dos dados primários, o questionário elaborado contou com escalas ordinais do tipo *Likert*, de 7 (sete) pontos para registro das avaliações atribuídas pelos segmentos consultados, sendo 5 (cinco) pontos de avaliação e duas alternativas de “escape” (desconhecimento, inexistência ou não ocorrência), conforme segue:

1. **Ótimo**: situação merecedora de notoriedade, distinção e excelência.
2. **Bom**: situação merecedora de destaque, reconhecimento e importância, porém não de notoriedade e excelência.
3. **Regular**: situação intermediária, neutra ou indiferente.
4. **Ruim**: situação que exige atenção quanto à qualidade.
5. **Péssimo**: situação que compromete a qualidade e que exige medidas corretivas urgentes.

6. **Não sei/Não conheço:** situação em que o respondente não tem conhecimento ou familiaridade com o item em questão.
7. **Inexistente/Não se aplica:** situação que não ocorra no Câmpus ou Reitoria ou que não esteja implantada e em funcionamento.

Já a questão discursiva submetida aos três segmentos consultados teve a seguinte redação: “**Insira aqui suas considerações finais**”.

Para fins de análise, os critérios de avaliação foram agrupados em 4 identificadores de resultados, da seguinte forma:

POSITIVO: agrupando os conceitos ÓTIMO e BOM;

REGULAR: considerando o conceito REGULAR;

NEGATIVO: agrupando os conceitos RUIM, PÉSSIMO, NÃO SEI / NÃO CONHEÇO;

NÃO SE APLICA: considerando apenas a opção INEXISTENTE / NÃO SE APLICA.

Cabe destacar que, em virtude das peculiaridades de cada segmento consultado, determinadas questões que constituem o instrumento de coleta de dados não foram submetidas a determinados segmentos. Ou seja, questões que se referem exclusivamente aos docentes não foram submetidas à apreciação dos TAE's e discentes.

Com base nos resultados e para definir linhas de ação, foi elaborado um quadro síntese agrupado conforme a pontuação alcançada em determinado quesito. Dessa forma, é possível identificar os aspectos relevantes do processo de avaliação e que deverão ser acompanhados pela gestão da instituição. Essa síntese gerou os seguintes indicativos de ação:

MANTER: quando a avaliação POSITIVA é igual ou maior que 75%, considera-se que a questão atende os requisitos de qualidade e as ações referentes a esta questão devem ser mantidas.

DESENVOLVER: quando a avaliação POSITIVA é igual ou maior que 50% e menor que 75%, considera-se que a questão não conseguiu atingir padrão de qualidade exigido, mas pode melhorar a partir de ações pontuais.

MELHORAR: quando a avaliação POSITIVA é maior ou igual a 25% e menor que 50%, considera-se que a questão não atende os requisitos mínimos de qualidade, estando em situação crítica e merecendo atenção especial e ação rápida.

INTERVIR: quando a avaliação POSITIVA é menor que 25%, considera-se que o indicador necessita de intervenção imediata por parte da gestão, com implementação de ações corretivas em caráter de urgência.

3. ANÁLISE COMPARATIVA DA CPA CENTRAL

Neste capítulo são apresentadas as análises realizadas a partir dos resultados da autoavaliação realizadas nos anos de 2015 e 2016. Esta análise, que serve de base para as análises realizadas em cada câmpus do IFSC, busca comparar os resultados obtidos nas avaliações dos dois anos e apresentados nos relatórios parciais publicados pela CPA Central no sistema e-MEC. A análise é qualitativa e organizada por eixo, onde são destacados os seguintes aspectos: visão geral do eixo (aspecto predominante nas questões relacionadas ao eixo em análise); casos de sucesso (itens que foram bem avaliados em ambos os anos); casos de insucesso (itens que foram mal avaliados em ambos os anos); melhorias significativas (casos que estavam mal avaliados em 2015 e obtiveram significativa melhora em 2016) e pioras significativas (casos que estavam bem avaliados em 2015 e obtiveram significativa piora em 2016). Também são relacionadas recomendações fundamentadas nesses resultados e destacados comentários relevantes ou preponderantes acerca das questões relativas ao eixo em estudo. Na sequência são apresentados os resultados para cada eixo avaliativo.

3.1. EIXO 1: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

No âmbito geral da instituição, o eixo referente ao planejamento e avaliação institucional é um dos que aparece com pior avaliação, neste último triênio. Não houve evolução positiva significativa de 2015 para 2016, estando todos os pontos citados classificados como críticos e urgentes.

No entanto, foi entendido pela comunidade que o processo de tomada de decisão com base nos resultados da autoavaliação institucional e a promoção de interação via fóruns e grupos de discussão deixaram de ser pontos de intervenção imediata, mantendo-se, porém, como críticos. Portanto, mantém-se a recomendação de:

- ampliar a divulgação dos resultados da autoavaliação institucional;
- ampliar a participação da comunidade interna no processo de planejamento anual;
- melhorar o processo de tomada de decisões em nível de Reitoria bem como dos câmpus com base nos resultados da autoavaliação institucional;
- ampliar a participação da comunidade interna em fóruns e listas de discussão abertos pelo IFSC.

Não foram feitos comentários relevantes a cerca desse eixos pelos respondentes.

3.2. EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O desenvolvimento institucional é um dos eixos que aparece com melhor avaliação, estando todos os seus itens de avaliação contemplados como positivos (a manter) ou a desenvolver (com menor grau de urgência). Destaca-se ainda que a questão relativa ao desenvolvimento sustentável nos câmpus, que estava avaliada como crítica em 2015, passou a constar como ponto a ser desenvolvido, porém, não mais de forma imediata.

Não foram feitos comentários relevantes a cerca desse eixos pelos respondentes.

3.3. EIXO 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS

De modo geral, considerando este eixo um dos mais complexos da avaliação, as políticas acadêmicas são bem avaliadas pelos diversos segmentos da instituição, tendo, no entanto, alguns pontos assinalados como críticos.

Um destaque positivo é o comprometimento docente com seu curso, considerado que deva ser mantido segundo avaliações de 2015 e 2016. Destaca-se ainda positivamente o fato de alguns itens terem sido melhorados no triênio, passando da condição de “a desenvolver” para a condição de “manter”. Citam-se nesse caso:

- formação proporcionada pelos cursos da instituição;
- as práticas de ensino utilizadas pelos docentes;
- mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes.

Avaliada pela primeira vez em 2016 de forma separada, a educação a distância também obteve boa avaliação, tendo sido citados na condição de “manter” os seguintes pontos:

- o acesso e a resolução das demandas dos discentes dos cursos EaD pelos tutores presenciais e a distância;
- o conteúdo do material didático das disciplina/unidade curricular EaD, quanto a pertinência e relevância;
- o acesso e a navegação no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)/Moodle por discentes de cursos EaD.

Por outro lado, alguns pontos foram apontados como críticos, em especial na última avaliação, e devem ser corrigidos. São eles:

- a participação dos discentes em intercâmbio com outras instituições/organizações;
- as atividades de extensão, quanto à aproximação das necessidades da comunidade;
- os mecanismos de divulgação da instituição, bem como seu site institucional;
- a atuação e divulgação dos serviços de Ouvidoria do IFSC;
- a interação entre os cursos e empresas e/ou outras instituições.

Sobre as políticas acadêmicas, pode-se destacar as seguintes considerações feitas por respondentes:

DOCENTES: a necessidade de dar maior atenção ao ensino; a ampliação das oportunidades a pesquisa e a extensão; a formação de parcerias com fundações e empresas; a revisão de critérios de seleção de editais de pesquisa e extensão e a respectiva divulgação de resultados; o aproveitamento do tempo e espaço escolar por meio de projetos interdisciplinares; a redução da dicotomia entre educação propedêutica e formação profissional.

TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS: necessidade de elaborar políticas de ensino e disponibilizar mais recursos para esta área; editais que envolvem a pesquisa muitas vezes são direcionados aos docentes, por mais que sejam abertos aos TAEs.

DISCENTES: opiniões sobre o diálogo da gestão com os discentes; o respeito às ideias diferentes em sala de aula; a quantidade de insumos/equipamentos para as aulas; a atenção aos alunos com dificuldades de aprendizagem; o número de aulas práticas e visitas técnicas; o retorno das avaliações por parte dos professores; a divulgação de projetos desenvolvidos pelo IFSC; a forma da análise na concessão de assistência estudantil; os critérios para concessão de bolsas de pesquisa; as ações sobre grupos e posturas racistas e homofóbicas; a divulgação de estágios para os discentes e a divulgação do IFSC para a comunidade em geral.

3.4. EIXO 4: POLÍTICAS DE GESTÃO

As políticas de gestão são avaliadas de forma bastante variada, de acordo com a questão analisada. No entanto, é um dos eixos com mais itens como críticos (a corrigir) e de intervenção imediata.

O destaque positivo nesse período de avaliação é que segmento dos técnicos administrativos considera que seu segmento é comprometido com a instituição. Já a relação interpessoal entre os servidores passou de “a manter” em 2015 para “a desenvolver” em 2016.

Outros questões foram melhor avaliadas, saindo da condição de críticas em 2015 para “a desenvolver” em 2016, segundo os servidores da instituição, podendo-se citar:

- o processo de escolha para cargos de chefia e funções gratificadas;
- a política para admissão de servidores docentes e técnicos administrativos;
- a atuação dos Colegiados dos câmpus.

Por outro lado, algumas questões continuam críticas, segundo a avaliação dos últimos anos e devem ser corrigidas, mantendo-se as seguintes recomendações:

- oportunizar melhores condições para participação de servidores técnico-administrativos em cursos de pós-graduação;
- melhorar a divulgação e esclarecimento das atividades da comissão de ética do IFSC;
- readequar os critérios referentes aos processos de avaliação de estágio probatório;
- adequar a relação entre o número de servidores Docentes / TAES e o volume de trabalho exigido;
- ampliar e aproximar a atuação, envolvimento, assessoramento e busca de melhorias por parte da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) junto aos servidores docentes;
- criar ferramentas para a integração entre o trabalho desenvolvido pela Reitoria e os Câmpus/Polo;
- ampliar e aproximar a atuação do Colégio de Dirigentes (CODIR) e do Conselho Superior (CONSUP);
- divulgar e tornar mais acessíveis as informações e critérios de distribuição e execução orçamentária do IFSC e dos Câmpus;

- antecipar e divulgar a previsão e a execução de recursos direcionados para o ensino, pesquisa e extensão e ampliar as políticas de expansão e conservação dos espaços físicos necessários para este fim;
- propiciar maior adequação entre os cursos ofertados e a aplicação dos recursos financeiros.

De forma ainda mais urgente, foram citados nas avaliações de 2015 e 2016, requerendo intervenção imediata, os seguintes pontos:

- a divulgação e esclarecimento das atividades da comissão de ética (apontado pelo segmento TAE);
- a divulgação dos trabalhos da Comissão Interna de supervisão (CIS) (também apontado pelo segmento dos técnicos administrativos).

Sobre a política de gestão, destacam-se as seguintes considerações feitas pelos respondentes:

DOCENTES: a falta de gestão democrática e transparente nas tomadas de decisão; a falta de política de pessoal; os processos de afastamento de docentes e a contratação de substitutos; os Planos de Atividades Docentes (PSAD); a atuação dos conselhos e colegiados.

TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS: a necessidade do IFSC de aprimorar a atuação dos conselhos e colegiados; a melhoria na atuação em rede, tanto entre seus câmpus quanto com outros institutos federais; a padronização de processos; a melhoria na relação entre a reitoria e os câmpus; a promoção, por parte da reitoria, de capacitação ou reciclagem de servidores de setores como gestão de pessoas e operadores do sistema acadêmico. Além disso, houve considerações sobre: a diferenciação no tratamento entre TAEs e docentes; o clima organizacional; a falta de pessoal nos setores e respectivo excesso de tarefas; as poucas oportunidades de capacitação e a inexistência de TAE substituto; a necessidade de aprimorar a gestão democrática na instituição, ponderando o número de cargos de confiança nomeados e aplicando a eleição para escolha dos coordenadores de área na reitoria. Também foi descrito o desconhecimento da comunidade externa sobre o IFSC, sendo necessário melhorar a comunicação interna e externa da instituição.

3.5. EIXO 5: INFRAESTRUTURA

Analisando de forma conjunta, a avaliação da infraestrutura da instituição aparece de forma suavizada, em função da média das respostas dos diversos câmpus. No entanto, alguns aspectos podem ser verificados nessa avaliação geral.

O destaque positivo nessa avaliação, evoluindo de aspecto avaliado como crítico em 2015 para aspecto a ser mantido em 2016, são os serviços prestados pelas bibliotecas (empréstimos, renovação, acesso a portais, etc.), o único item a figurar como “a manter” do eixo da infraestrutura, considerando a média das avaliações locais.

A qualidade de acesso à internet foi avaliada como tendo ainda que desenvolver nos dois anos (2015 e 2016), mantendo-se sem evolução.

Por outro lado, a infraestrutura das bibliotecas, os acervos físico e virtual das bibliotecas, bem como os serviços de conservação e limpeza de banheiros e salas de aula e, ainda, a infraestrutura de salas, laboratórios, mobiliários, equipamentos e acessibilidade foram melhor avaliados em 2016 do que em 2015, evoluindo de críticos para “a desenvolver”.

No entanto, alguns aspectos continuam sendo citados durante o triênio como críticos, requerendo correção. São eles:

- o atendimento, instalação, qualidade e preço dos produtos oferecidos pelas cantinas dos câmpus (considerando a média dos câmpus);
- os serviços de reprografia nos câmpus (também considerando a média).

Sobre a infraestrutura, podem-se citar as seguintes considerações:

DOCENTES: a infraestrutura de salas e laboratórios; a atenção aos estudantes com necessidades específicas e a assistência estudantil; a qualidade do serviço wi-fi dos câmpus.

TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS: ambientes de trabalho inadequado; biblioteca; qualidade da cantina.

DISCENTES: a disponibilização de ambiente para fotocópias dentro dos câmpus; os horários de transporte público e abrigo para passageiros; as salas específicas para artes; os equipamentos de ar-condicionado nas salas; a realização de eventos esportivos inter-câmpus e de eventos culturais; a infraestrutura de bibliotecas; a limpeza de banheiros. Em 2015 foram ainda citados: ausência de cantina em alguns câmpus; a estrutura inadequada ou insuficiente de salas, laboratórios, bibliotecas, ginásios e banheiros.

4. ANÁLISE COMPARATIVA COM O PDI DO IFSC

Neste capítulo são compiladas as análises realizadas pelas CPAs locais do IFSC a partir dos resultados da autoavaliação realizadas nos anos de 2015 e 2016, incluindo-se as considerações apresentadas pelos respectivos gestores dos câmpus, relacionando cada eixo avaliativo com os OBJETIVOS ESTRATÉGICOS definidos no PDI 2015-2019 do IFSC, conforme quadro de relacionamentos apresentado na Tabela 6 do Capítulo 2. Esta análise é qualitativa e organizada por eixo, onde são destacados os seguintes aspectos: objetivos estratégicos relacionados; visão geral do eixo (aspecto predominante nas questões relacionadas ao eixo em análise); casos especiais (itens que merecem destaque em algum câmpus); ações destacadas (manifestações de dirigentes dos câmpus acerca de ações que já vem sendo realizadas para encaminhar determinados resultados ou objetivos). Na sequência são apresentados os resultados para cada eixo avaliativo.

4.1. EIXO 1: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O eixo do planejamento e avaliação institucional (que compreende a dimensão 8, de mesmo título) atende ao objetivo C5 do planejamento estratégico (desenvolver cultura organizacional orientada à estratégia), que visa consolidar a identidade institucional e desenvolver a cultura da gestão em rede.

DIMENSÃO 8: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Para este eixo e dimensão, verificou-se por parte da maioria dos câmpus, uma deficiência na divulgação dos resultados do processo avaliativo assim como a utilização dos mesmos no processo de tomada de decisões. Sentiu-se falta também da oportunidade de participação interna nos processos de planejamento anual e em fóruns e listas de discussões abertas pelo IFSC. A comissão local da Reitoria destacou que talvez tenha ficado confuso para os servidores lá lotados responderem pela gestão da unidade Reitoria como câmpus e não como gestão do IFSC. Tal situação já vem sendo tratada na CPA, de forma a melhorar a forma de pesquisa junto aos servidores lotados na Reitoria, junto aos gestores e também ao Centro de Referência de EaD (Cerfead), que atualmente vem sendo avaliado como integrante da unidade Reitoria.

O Câmpus Araranguá destaca a intervenção com urgência em todos os indicadores do Eixo1. No Câmpus São Carlos a comissão local evidenciou que a direção está procurando disseminar os problemas encontrados e junto as áreas buscar as devidas soluções. Já o Câmpus Xanxerê teve como ponto positivo os meios de divulgação do processo avaliativo da CPA. A direção do Câmpus São Lourenço do Oeste destacou a necessidade de ampliar o compartilhamento das informações do processo avaliativo com a comunidade acadêmica, uma vez que o câmpus está em implantação, recebendo novos servidores e alunos. Ressaltou também a importância de utilizar esses dados como ferramentas para tomada de decisões.

Em geral, algumas direções já estão adotando medidas para a melhoria contínua nos processos de planejamento da instituição e outras se comprometeram em fazer as devidas correções, pedindo também a participação mais efetiva dos servidores e alunos nesses setores. Com relação ao processo avaliativo, a CPA reconhece que existem falhas, em especial, na divulgação e acompanhamento dos resultados da autoavaliação institucional, de forma mais preocupante em alguns câmpus do que em outros (já que é reconhecido que várias comissões locais têm feito um bom trabalho interno de divulgação e debate sobre as questões avaliadas no câmpus). Neste sentido, em 2017 foram realizados vários eventos para atualização dos membros das CPAs locais e discussão de novas estratégias de desenvolvimento do processo avaliativo interno, culminando em uma nova proposta de modelo de autoavaliação apresentado no Capítulo 1.

4.2. EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O eixo relacionado ao desenvolvimento institucional, por sua abrangência conceitual, está inserido em diversos objetivos estratégicos do IFSC, a citar:

Objetivo A5: Fortalecer a inserção socioprofissional do aluno e do egresso;

Objetivo P7: Ampliar e qualificar a intervenção na sociedade civil organizada;

Objetivo P8: Atender as pessoas com necessidades específicas;

Objetivo P10: Gerenciar recursos financeiros com efetividade;

Objetivo C5: Desenvolver cultura organizacional orientada à estratégia.

DIMENSÃO 1: MISSÃO E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Nesta dimensão, atendendo ao objetivo estratégico C5, verificou-se que em geral a comunidade acadêmica respondeu de forma positiva a respeito da missão do IFSC, assim como o conhecimento sobre o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional). O Câmpus Chapecó ressaltou também que os discentes ampliaram seu entendimento, graduando de um resultado negativo em 2015 para regular em 2016. Já os docentes e os TAEs intensificaram o resultado positivo já alcançado no primeiro ano. Já Caçador teve uma pequena queda na dimensão 1, e a gestão do câmpus admitiu que há uma necessidade de se disseminar as informações relativas ao PDI. Para tanto, montarão estratégias para sintetizar as informações mais relevantes para cada segmento da comunidade.

O Câmpus Xanxerê teve uma pequena queda no conhecimento sobre o PDI, mas a direção informou que está promovendo ações para reverter o quadro. O Câmpus Tubarão necessita de uma intervenção significativa quanto ao conhecimento sobre o PDI.

DIMENSÃO 3: RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

Na dimensão 3 – responsabilidade social da instituição - atendendo as iniciativas A5, P7,P8 e P10, houve uma pequena melhora nos índices, passando para o indicativo de desenvolver.

O Câmpus Palhoça atingiu o índice de excelência nos três segmentos no que se refere a promoção da inclusão social de pessoas com necessidades específicas no câmpus, considerando-se a importância desse resultado já que o câmpus é especializado no atendimento de pessoas surdas. Na Reitoria os TAEs mostraram-se mais positivos do que os docentes em relação à responsabilidade social da instituição.

4.3. EIXO 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS

As políticas acadêmicas representam, para o IFSC, conforme o PDI, um “eixo” fundamental, que carrega a responsabilidade de constituir a função social de democratizar o saber e contribuir para a construção de uma sociedade ética e solidária. Para tanto, pressupõe, como princípio, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. E afirma, como estratégia de operacionalização, o respeito às características de cada uma destas políticas, reconhecendo-as como portadoras de identidades, tempos e espaços específicos.

Em síntese, “no ensino, inter-relacionam-se os diferentes saberes, na pesquisa eleva-se o conhecimento a novos patamares do saber e, na extensão, compartilham-se conhecimentos com a sociedade, contribuindo dessa forma para o cumprimento da missão institucional”(p. 2.10).

Esta centralidade está demonstrada no PDI, especialmente em seu Capítulo 2, que trata do Projeto pedagógico Institucional – PPI. Neste documento, especialmente no item 2.3, o ensino, a pesquisa e a extensão são descritos quanto à sua caracterização, definição e importância, objetivos, diretrizes gerais e políticas. Por fim, ainda neste mesmo item, são delineadas as características da indissociabilidade estruturante das três políticas na construção da identidade institucional.

DIMENSÃO 2: POLÍTICAS PARA O ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

As políticas em foco são fortemente sugeridas no âmbito das proposições relativas ao SINAES e, mais recentemente, na objetivação proposta pela Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº065/2014, para fins de elaboração dos relatórios de autoavaliação. Evidencia-se, assim, a importância das políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão para a consecução dos objetivos estratégicos institucionais do IFSC previstos no PDI (item 3, p. 3.7), especialmente A2, A3, A4 e P3. Destarte, em constituindo os fins institucionais e sendo centrais à autoavaliação, ocupam lugar de destaque no processo avaliativo ora em análise, sendo expressos, no questionário aplicado à comunidade escolar, em 24 questões que constituem as Dimensões 2.1 (Políticas para o Ensino), 2.2 (Políticas para a Pesquisa) e 2.3 (Políticas para a Extensão). Em sendo indissociáveis como princípio institucional e prática cotidiana, entende-se que, para a presente análise, as dimensões 2.1, 2.2 e 2.3 serão analisadas em conjunto, resguardadas as especificidades.

No atendimento da instituição referente ao objetivo estratégico A2:

Objetivo A2: Gerar, difundir e transferir conhecimento e tecnologia de acordo com as demandas da sociedade.

Descrição: Produzir, compartilhar e aplicar conhecimentos de tal maneira que a sociedade possa utilizá-los para o desenvolvimento de produtos, processos e serviços que contribuam efetivamente para a transformação da sociedade, de forma alinhada às demandas do setor produtivo e do contexto social.

Análise

1 – Este objetivo deve ser compreendido, conforme previsão no PDI (p. 2.30), a partir da indissociabilidade que se realiza em um fluxo dinâmico de conhecimento entre instituição e sociedade e se traduz, nas ações cotidianas do IFSC, em aprendizagem, produção e socialização do conhecimento. Verifica-se, portanto, que o ensino, a pesquisa e a extensão se retroalimentam de forma continuada para a consecução dos objetivos institucionais. No entanto, para fins da presente análise, optou-se por considerar a geração e a difusão/transferência de conhecimentos/tecnologias como centrados nas ações relativas à pesquisa e à extensão. Destarte, e considerando-se a centralidade do objetivo em relação às políticas institucionais, verifica-se que suas características foram contempladas, no âmbito do questionário de avaliação, em nove questões, as quais compreendem a totalidade das dimensões 2.2 e 2.3.

2 – Ao se analisar os relatórios parciais referentes aos anos de 2015 e 2016, especialmente a partir das observações conclusivas, verifica-se uma razoável adequação das ações de pesquisa e extensão às expectativas da comunidade, encontrando-se eventuais observações dentre os pontos a serem trabalhados e desenvolvidos. Como exceções, podem ser destacados:

2.1 - Negativamente:

- em 2016, o incentivo para a participação discente e a divulgação das atividades de pesquisa e extensão nos câmpus. Um dos exemplos neste sentido, pode ser visto no Câmpus Jaraguá-RAU, no qual ocorreu a redução do interesse dos discentes em participar de projetos de pesquisa e extensão;
- em 2015 e em 2016, a necessidade de que sejam propostas atividades de extensão que atendam às comunidades dos câmpus, aliada à maior clareza quanto aos critérios de avaliação de projetos.

2.2 – Positivamente:

- em 2015 e 2016, o forte interesse do público discente quanto à participação nos projetos de pesquisa e extensão.

3 – Na análise dos relatórios parciais circunstanciados elaborados pelas CPAs locais, em diálogo com os gestores dos câmpus, verifica-se, em quase sua totalidade, que as questões evidenciadas nos relatórios dos anos de 2016 e 2015 vem sendo trabalhadas no

âmbito da gestão, ressalvadas as características e contextos de cada câmpus. Cabe ressaltar, fortemente, que muitos câmpus experimentaram, no triênio 2015-2017, sua consolidação, tanto no que tange aos processos institucionais, quanto da oferta de cursos. Neste sentido, verifica-se um esforço institucional estruturante da área, por parte de alguns câmpus, como Araranguá, no sentido de garantir e qualificar o funcionamento da Coordenação de Pesquisa, fragilizada no biênio 2015-2016. Este movimento de consolidação se evidencia, por exemplo, na experiência relatada pelo Câmpus Caçador, no sentido de aumentar gradativa e proporcionalmente, tanto as ações de divulgação quanto os recursos necessários à pesquisa e extensão, de maneira a ofertar, já em 2018, editais de apoio com verba e apoio específicos do orçamento do câmpus. Esta prática, ressalte-se, já vem sendo adotada por câmpus como Criciúma e Florianópolis.

3.1 - No entanto, em alguns câmpus, como Canoinhas e São Miguel do Oeste, o retorno da gestão em relação às demandas apresentadas pela CPA local evidencia, em relação às dimensões 2.2 e 2.3, que ainda existe um largo caminho a ser percorrido no sentido de avançar da soma de ações pontuais para um momento posterior que evidencie seu planejamento e articulação sistêmicos, especialmente se considerarmos o fundamento da indissociabilidade. Em outros câmpus, verifica-se que ainda há que se avançar no sentido de especificar com mais detalhes o modelo de encaminhamento/enfrentamento proposto pela gestão em relação às questões apresentadas pela CPA local.

3.2 - Cabe, ainda, ressaltar que alguns aspectos e/ou ações relativas às dimensões em pauta, são apontadas pelos câmpus, como estando intimamente relacionadas ou, por vezes dependentes, das ações das pró-reitorias ou do próprio modelo organizacional. Destaque-se, neste sentido, especialmente:

- o quase consenso verificado entre os câmpus, quanto à necessidade de maior clareza e transparência dos critérios de avaliação de projetos de pesquisa e extensão, quando não ofertados localmente. Neste sentido, a maioria dos câmpus espera estreitar o diálogo com as pró-reitorias, o que, segundo alguns câmpus como Florianópolis-Continente, pode vir a ser facilitado com a implementação do sistema de gerenciamento SIGAA Extensão;
- o modelo de inserção organizacional dos servidores técnico-administrativos, que muitas vezes limita ou, pelo menos, não incentiva sua participação em projetos de pesquisa e extensão. Não obstante, distintos câmpus, como Florianópolis-Continente e Criciúma, relatam manter e aumentar as ações de incentivo à participação deste segmento;

- o formato organizacional destinado às áreas de relacionamento com a comunidade, especialmente no caso da comunidade interna, cujo arranjo impacta decisivamente na divulgação das atividades de pesquisa e extensão. Neste sentido, muitos câmpus relatam as dificuldades presentes na regionalização dos jornalistas e as questões tecnológicas que separam as possibilidades institucionais do cotidiano dos segmentos, especialmente no caso dos discentes. Um exemplo claro neste sentido é relatado pelo Câmpus Chapecó que afirma utilizar fortemente e com sucesso, a ferramenta de comunicação “Facebook”.

3.3 – Ressalte-se, por fim, a título de contextualização, a informação evidenciada por Lages e outros câmpus, no sentido de que, na maioria dos casos, os cursos superiores ainda estão em processo de consolidação sendo que, nos anos avaliados, os distintos segmentos, especialmente os discentes, ainda encontravam e percebiam os processos institucionais a partir de uma certa estranheza. Não obstante, neste mesmo câmpus, como a balizar a maioria deles, verifica-se o relato de que o segmento discente manifesta grande interesse em participar de ações de pesquisa e/ou extensão, restando evidente a boa atuação das coordenações específicas e dos cursos junto aos discentes.

No atendimento da instituição referente ao objetivo estratégico A3:

Objetivo A3: Proporcionar formação ampla e qualificada aos alunos.

Descrição: Proporcionar aos alunos uma formação profissional e cidadã fundamentada no ensino, na pesquisa e na extensão, fomentando sua participação em intercâmbios, atividades científicas, culturais e desportivas.

Análise

1 – Como já ressaltado na análise do objetivo A2, a formação, no IFSC, conforme previsão no PDI (p. 2.30), sustenta-se no princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, realizando-se em um fluxo dinâmico de conhecimento entre instituição e sociedade e traduzindo-se objetivamente em aprendizagem, produção e socialização do conhecimento. No entanto, para o cumprimento deste objetivo institucional, verifica-se que esta perspectiva é ampliada, apontando-se para a necessidade de compreender a formação também no sentido da cidadania, de maneira que o discente seja estimulado à participação em intercâmbios e atividades científicas, culturais e desportivas. Nesse sentido, para a presente análise, optou-se por considerar

três blocos de análise: a) as questões relativas à organização do processo de ensino-aprendizagem; b) o incentivo à participação em intercâmbios; e, c) a oferta de cursos na modalidade de educação a distância.

2 – Para a análise dos aspectos relativos à organização do processo de ensino-aprendizagem, foram consideradas as questões apresentadas, no questionário, no âmbito da Dimensão 2.1 – Políticas para o Ensino, especialmente: Q3 – adequação da proposta curricular à realidade regional; Q4 – Interdisciplinaridade; e, Q7 – atendimento às expectativas.

2.1 – Ao se analisar os relatórios parciais referentes aos anos de 2015 e 2016, especialmente a partir das observações conclusivas, verifica-se que apontaram para uma avaliação bastante positiva. Em alguns câmpus, como por exemplo Araranguá e Xanxerê, este índice superou, positivamente, os 90%. No entanto, na maioria dos câmpus, este índice situou-se ao redor dos 80% de aprovação. Em outros, como Itajaí, embora tenha ocorrido pequena queda relativa de aprovação, passando de 80% em 2015, para 76% em 2016, este percentual ainda foi considerado alto e, não obstante, esperado, segundo análise da CPA local.

2.2 – Verifica-se que as questões que compõe esta dimensão parecem estar fortemente voltadas ao segmento discente, indicando uma diferença de percepção entre os segmentos e, talvez, uma fragilidade do próprio questionário. Neste sentido, por exemplo, em alguns câmpus, como Itajaí, em 2015, apenas 17% dos docentes viam positivamente a integração interdisciplinar das unidades curriculares. Esse índice passou para 31% em 2016, mas continua aquém do esperado para um curso integrado, segundo a avaliação da CPA local. Não obstante, este mesmo indicador, no Câmpus Florianópolis-Continente, apontou para uma situação acima da média, com índice de 80% de aprovação pelos discentes. Verifica-se, neste sentido, claramente, a diferença de percepção, entre os públicos docente e discente, quanto ao significado da interdisciplinaridade e/ou da integração entre disciplinas. Ou seja, enquanto os discentes tendem a emitir sua impressão com base em uma aproximação ao currículo que se dá como usuário, em uma experiência superficial e frágil, especialmente nos cursos técnicos, para os docentes esta compreensão se reveste de um significado mais complexo, que abrange, também, os temas transversais e os próprios desafios presentes na questão da interdisciplinaridade. Por outro lado, o segmento técnico-administrativo, tende a valorar esta questão de forma relativamente baixa, como no caso do Câmpus Jaraguá, no qual este índice se aproximou de 44%.

2.3 – Na maioria dos Câmpus, a avaliação relativa ao Projeto Pedagógico do Curso vem apresentando melhora crescente, como destaca, por exemplo, o Câmpus Itajaí, em relação aos anos 2016 e 2017. Neste sentido, cabe salientar que um aspecto importante é a gradativa consolidação da oferta e implementação dos cursos, especialmente os médios integrados e os superiores.

3 – Quanto ao incentivo à participação em intercâmbios, verifica-se, em geral, uma avaliação que se afasta dos objetivos institucionais, localizando-a, na maioria das vezes, no nível de atenção com necessidade de ações corretivas e de desenvolvimento. No entanto, a análise da manifestação dos gestores, indica uma situação bastante distinta entre os câmpus, a qual parece estar diretamente relacionada, dentre outros motivos:

- ao fim do programa Ciência sem Fronteiras, ofertado pelo governo federal e a consequente redução das vagas ao PROPICIE - Programa de Intercâmbio Internacional para Estudantes do IFSC, o qual, por meio de edital anual, concede auxílio financeiro aos alunos de cursos de nível técnico e graduação do IFSC selecionados para realizarem atividades de pesquisa científica, de desenvolvimento tecnológico, de extensão, de estágio e de inovação em instituições parceiras no exterior. Para alguns câmpus, como Gaspar, esta situação impactou diretamente na avaliação;

- às questões relativas à consolidação da oferta de cursos e, conseqüentemente, dos processos institucionais. Tem-se, por exemplo, o caso do Câmpus São Carlos, no qual a implantação de cursos técnicos integrados e superiores efetivar-se-á, de maneira mais contundente, apenas em 2018 e cujo relatório pouco se refere a este quesito. Situação idêntica ocorre no Câmpus São Miguel do Oeste. Já em outros casos, como Xanxerê e Criciúma, a avaliação indicou, a partir da avaliação negativa por parte de discentes e docentes, a necessidade de ações de correção, já propostas pelas direções. Neste sentido, salienta-se o quadro apresentado pelo Câmpus Florianópolis-Continente, no qual a avaliação discente foi negativa, não obstante o câmpus desenvolver, além do incentivo à participação no PROPICIE, um convênio específico com instituições francesas, com a oferta de curso de línguas e promoção de edital interno, com recursos de custeio oriundos do seu orçamento próprio;

3.1 – Cabe destacar, neste contexto, que a quase totalidade dos câmpus já desenvolve ações no sentido de apoiar o intercâmbio de alunos e que vão, desde a simples divulgação dos editais gerais, como no Câmpus São Lourenço, até apoios mais estruturados, como no caso do Câmpus Gaspar, com oferta de cursos de língua e

realização simulada de entrevistas em língua inglesa, apoio na organização de documentos, assistência ao longo do processo, organização e agilização do reconhecimento e convalidação das atividades desenvolvidas.

4 – Quanto à oferta de cursos na modalidade a distância, verifica-se que o questionário incluiu 5 questões, inseridas no âmbito da dimensão 2.1 – Políticas para o ensino. As questões apresentadas dizem respeito à atuação dos tutores presenciais e a distância, além da organização da oferta quanto ao conteúdo do material didático, recursos virtuais e mecanismos de interação. Nas análises apresentadas pelas CPAs locais, verifica-se uma quase unanimidade quanto à fragilidade destes aspectos e necessidade de imediata intervenção.

No entanto, esta condição deve ser contextualizada. A oferta da EaD, no IFSC, remonta ao ano 2000, quando foi ofertado o primeiro curso, pelo Câmpus São José. A partir de então, em 2007 o então CEFET/SC também aderiu ao programa Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil/MEC), e em 2009, por meio do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), foi iniciado o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública. Em 2013, foi criado o Centro de Referência em Formação e Educação a Distância – CERFEAD, com o objetivo de Promover a integração sistêmica com os Câmpus, para a consolidação das políticas institucionais de formação de Formadores, de formação em Gestão Pública em Instituição de Ensino e de apoio à EaD. Com este espaço institucionalizado, o salto foi muito grande, tendo ocorrido o seu credenciamento junto ao MEC em 2014 e o recondição em 2016, referendando e qualificando o IFSC na oferta da EaD. Em 2016, por ocasião da aplicação do questionário, o IFSC contava com 28 polos UAB, 10 polos e-Tec e 17 Câmpus credenciados como Neads, com funcionamento autorizado pelo Consup. Os NEADs (Núcleo de Educação a Distância) passam, a partir de então, a dar suporte à institucionalização da EaD e à sua aproximação mais efetiva com o modelo de formação sistêmica no âmbito dos câmpus.

Conforme especificado anteriormente, no item 2.2 do presente relatório, os discentes matriculados nos cursos ofertados na modalidade de Educação a Distância, bem como os servidores lotados no CERFEAD passaram a compor a amostra que serviu de base para a avaliação ora em foco. Em 2016, a EaD foi avaliada, pela primeira vez, de forma individualizada, conforme se apresenta no item 3.3 do presente relatório, resultando, de modo geral, em uma boa avaliação. No entanto, no âmbito dos câmpus, a aplicação do questionário foi aberta a todos os sujeitos de todos os segmentos. Dessa forma, por um desajuste na coleta dos dados, as questões relativas à EaD foram

respondidas por discentes, técnicos-administrativos e docentes que não estavam matriculados e/ou envolvidos com esta modalidade de oferta. Verifica-se, a partir disso, uma impossibilidade de análise quanto às respostas aos questionários. Por outro lado, considerando-se que a EaD está fortemente inserida no PDI do IFSC, adquirindo importância crescente e papel de centralidade metodológica tanto para as políticas acadêmicas (Objetivos A2 e A3), quanto para o seu arranjo estratégico (Objetivo P1), entende-se, para esta análise, identificar as percepções dos distintos públicos, especialmente no âmbito das ações propostas pelas equipes gestoras dos câmpus.

Alguns câmpus, como Araranguá, Caçador, Canoinhas, Palhoça, Gaspar, Itajaí, Jaraguá-RAU e Florianópolis, fizeram pouca ou nenhuma menção ao assunto na análise realizada pelas equipes gestoras, limitando-se, por vezes, a observar que não são ofertadas componentes curriculares nesta modalidade. Outros câmpus, como Florianópolis-Continente, relatam que, embora neste momento não exista oferta própria de componentes curriculares e/ou cursos, a criação do NEAD impulsionou a discussão e o desenvolvimento de ações neste âmbito, especialmente junto aos servidores técnico-administrativos e docentes, destacando oficinas de uso do ambiente virtual de aprendizagem "Moodle" em 2017-1 e a oferta do Curso "Educação a Distância: Orientações Gerais" para docentes em 2017-2, além da participação docente no edital CERFEaD de elaboração de Unidades curriculares EaD. Saliente-se que, este câmpus, ofertava um curso no âmbito da UAB, por ocasião da coleta, sendo que as questões relativas à EaD tiveram índice de aprovação próximos a 80%.

Diversos câmpus, como Jaraguá, Tubarão e Garopaba destacaram, ainda, as possibilidades advindas da implementação do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica – SIGAA, o qual possibilitará a implementação de um desenho próprio para o ambiente virtual de aprendizagem no âmbito do IFSC, uma vez que permitirá uma interação maior entre os setores e, especialmente, neste contexto, entre o docente e o discente. Neste sentido, equaciona-se, ainda, de maneira mais efetiva, a questão da disponibilidade e acessibilidade de material didático e bibliográfico, como apoio às ações pedagógicas.

Dentre outras iniciativas interessantes, destaque-se o caso do Câmpus Criciúma, o qual embora por ocasião da aplicação do questionário não ofertasse componentes curriculares ou cursos regulares na modalidade EaD, manifesta forte adesão a esta alternativa, especialmente como parte dos componentes curriculares dos cursos em andamento. Propõe, inclusive, no âmbito do câmpus, um Plano de implantação do EaD nos cursos Superiores e Técnicos Subsequentes/Concomitante que, em resumo, propõe:

Responsável: Coordenadoria de EaD. Prazo: Até 06/2018, para superiores e 12/2018, para técnicos subsequentes/concomitantes. META: Ofertar a primeira disciplina em EaD no Curso de Engenharia Civil expandindo a oferta para o Curso de Engenharia Mecatrônica, em 2018.2. Incluir disciplinas EaD na Licenciatura em Química em 2019. Incluir disciplinas em EaD no Subsequente/Concomitante a partir do ano de 2019.

No atendimento da instituição referente ao objetivo estratégico P3

Objetivo P3: Aprimorar os processos que conduzem à permanência e ao êxito.

Descrição: Aprimorar estratégias de acolhimento e acompanhamento discente a partir do fortalecimento do planejamento e da avaliação das ações pedagógicas.

Análise

A questão da permanência e do êxito aparece, no PDI do IFSC, em distintos momentos, especialmente a partir do objetivo estratégico ora em análise e, mais especificamente, no Capítulo 8 – Políticas de atendimento aos discentes (p. 7.25) e, neste, no item 8.4 – Permanência e êxito no percurso formativo (p.8.3). Estes aspectos serão analisados, no presente relatório, em relação ao objetivo em tela, também na Dimensão 9 – Políticas de Atendimento ao Estudante. No entanto, para além das questões relativas ao atendimento ao discente do ponto de vista do apoio material e psicopedagógico que ele necessita, é importante ter claro que esta questão também apresenta uma interface importante voltada às políticas de ensino, como se verifica, no item 2.3.1 (p. 2.14) e na forma de organização didático-pedagógica, em seu item 5.1 – Inovações nos processos educativos (p. 5.1).

Dada à complexidade da temática de permanência e êxito, de certa maneira, haveria a necessidade de compreendê-la a partir da quase totalidade dos aspectos institucionais, uma vez que a missão institucional volta-se a este resultado no sentido da formação profissional e cidadã. No entanto, no âmbito desta análise, entende-se importante a percepção das CPAs locais e dos gestores quanto à questão, especialmente a partir da sua interface com as políticas de ensino. Para tanto, além de uma questão específica (Q5), relativa à atuação do câmpus em relação à promoção, permanência e êxito dos estudantes, entende-se, também, que se faz necessário agregar à discussão, do ponto de vista qualitativo, também aspectos relativos à adequação do PPC às

necessidades regionais, bem como a interdisciplinaridade, as práticas de ensino e o atendimento às expectativas do discente em relação ao curso.

Em geral, verifica-se que a permanência e o êxito são compreendidos no âmbito da assistência estudantil e, muitas vezes, passam despercebidos na análise da sua aproximação aos aspectos relacionados às políticas de ensino. Como exemplo, pode ser citado o Câmpus Caçador, no qual, não obstante os índices de repostas específicas à Questão 5 tenham sido bastante baixos, junto ao segmento docente (22%, em 2015 e 44%, em 2016), essa questão não foi pautada como de importância na análise apresentada à direção do câmpus. Neste sentido, chama atenção, ainda, que situação idêntica é verificada nas respostas docentes às demais questões aqui analisadas, as quais também não tiveram maior centralidade no encaminhamento.

No pólo oposto quanto ao encaminhamento, chama atenção a experiência do Câmpus Itajaí. No relatório apresentado pela CPA local, um quadro semelhante indicando razoável aprovação discente mas fraca aprovação docente (23%, em 2015 e 29%, em 2016) mereceu destaque no encaminhamento do relatório à gestão. Da mesma forma, apareceu claramente no documento encaminhado pela CPA à gestão do câmpus, a baixa avaliação feita pelos docentes, quanto aos demais aspectos relacionados ao ensino e em pauta nesta análise. A gestão, por consequência, relata, como providência, um amplo projeto destinado a desenvolver e aplicar proposta metodológica inovadora e coletiva, considerando as singularidades dos sujeitos sócio-históricos envolvidos nas relações de ensinar e aprender, que possibilite a elevação dos índices de permanência e êxitos, subdividido em: 1. Sub-projeto IF Portas Abertas; 2. Sub-projeto a Família “Parceira”; 3. Sub-projeto Ingresso Multiplicador; 4. Sub-projeto de Acolhimento e Acompanhamento dos Estudantes Ingressantes; e, 5. Sub-projeto Protagonismo nos Espaços Escolares.

Em outros casos, como, por exemplo, o Câmpus Garopaba, não obstante os baixos índices de aprovação relativos à questão específica (Q5) tenham sido identificados pela CPA local, que a classificou, no ano de 2016, como “a melhorar”, a própria análise do quesito remete às ações relativas ao atendimento ao discente, distanciando-se das questões relativas às políticas de ensino. Em alguns câmpus, como Canoinhas, embora a avaliação da CPA não tenha focado este aspecto em seu relatório para a gestão, esta relata a realização de atividades envolvendo a comunidade acadêmica e centradas na discussão da temática da permanência e êxito. Na maioria dos câmpus, a avaliação discente quanto à questão específica (Q5) e, como já descrito anteriormente também quanto às demais questões relativas às políticas de ensino, são amplamente favoráveis,

aparecendo como destaque como, por exemplo, na avaliação feita pela CPA do Câmpus Florianópolis-Continente.

DIMENSÃO 4: COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

A dimensão 4 do processo de autoavaliação, que se refere à comunicação da instituição com a sociedade, é tratada no IFSC através de dois objetivos estratégicos: o objetivo A6, que busca consolidar a imagem e a identidade institucional do IFSC como uma instituição multicâmpus com identidade única, pública, gratuita e de qualidade, e o objetivo P6, que visa a qualificação da comunicação com os públicos estratégicos, procurando estabelecer uma relação permanente, estruturada, sistemática e pró-ativa com esses públicos.

Neste sentido, foram avaliados nesta dimensão as seguintes questões: o conhecimento do IFSC pela comunidade; os mecanismos de divulgação da Instituição; o site do IFSC; a interação do IFSC com a sociedade nas redes sociais; a imagem do IFSC veiculada pela mídia externa; a efetividade do serviço de Ouvidoria do IFSC; e a interação entre os cursos e as empresas ou instituições das respectivas áreas.

De modo geral, observou-se nas respostas das comunidades de cada câmpus que as ações relacionadas à comunicação com a sociedade precisam ser melhoradas. Alguns câmpus indicaram que tais recursos tiveram queda de desempenho de 2015 para 2016, no entanto, houve também apontamento de melhorias nesse período em outros câmpus, como em Canoinhas que verificou uma melhora significativa neste quesito. Também houve divergência de opinião entre os segmentos respondentes, sendo os técnico-administrativos mais críticos na questão da comunicação.

Um dos pontos mais citados como críticos nas avaliações nos câmpus foi a atuação do serviço de ouvidoria da instituição. Observou-se, no entanto, por parte dos gestores de alguns câmpus, que as demandas encaminhadas à ouvidoria tem sido resolvidas e que o baixo rendimento pode ser consequência do pouco conhecimento do serviço pela comunidade interna, sendo este mais utilizado pela sociedade em geral, não participante do IFSC diretamente.

Com relação ao conhecimento da instituição pela sociedade, a gestão do Câmpus Araranguá citou que, apesar da avaliação negativa dos processos de comunicação com a sociedade, o número de inscrições para ingresso nos cursos do câmpus tem crescido a

cada ano. Alguns gestores também citaram que vem adotando ações para a melhoria da comunicação. A Direção do Câmpus Garopaba citou várias ações nesse sentido, como: visitação de escolas públicas à instituição, barraca personalizada de divulgação, acolhimento de eventos externos, uso de camisetas personalizadas em eventos científicos e até o uso da tribuna das câmaras de vereadores dos municípios próximos. A Direção do Câmpus Jaraguá-Rau citou ainda a utilização de programa mantido pela instituição em rádio comunitária local. Até a inscrição do termo “VIA IFSC” em algumas linhas de ônibus em Joinville foi citada como estratégia de divulgação da instituição. Os câmpus Palhoça e Xanxerê citaram ainda o Programa Jovem Aprendiz como uma forma eficaz de melhorar a interação entre escola e as empresas da região. Xanxerê ainda citou a criação de um Grupo de Trabalho permanente de divulgação da instituição no câmpus.

O site ou portal do IFSC na internet foi várias vezes citado como uma ferramenta que necessita de ação urgente. Neste sentido, vale lembrar que um novo portal institucional foi lançado no início do ano de 2018 e está em processo de consolidação, devendo ser avaliado em momento posterior.

DIMENSÃO 9: POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE

Os objetivos estratégicos A4 e P1 do PDI do IFSC são observados nessa dimensão avaliativa. O objetivo A4 (atender às demandas dos alunos com efetividade) visa melhorar e implantar processos que otimizem o tempo e a qualidade de atendimento aos alunos no que se refere às suas demandas administrativas, pedagógicas e sociais. Nesse ponto, são avaliadas questões como os programas de assistência ao estudante, o portal do aluno e as relações entre direção e coordenação de curso com os estudantes.

Já o objetivo P1 (estruturar a oferta de cursos com base na estratégia) busca implantar e otimizar processos para a adequação da oferta de cursos, de modo a reduzir a evasão, aumentar a inserção profissional e ampliar o impacto social da instituição e, nesse sentido, são avaliados o sistema de ingresso por cotas e também a assistência ao estudante ao longo de sua permanência na instituição.

Observando esta dimensão de modo geral, os respondentes a avaliam positivamente, tanto em 2015 quanto em 2016, com poucas variações de opinião, fazendo crer que os objetivos a ela relacionados vem sendo cumpridos.

O sistema de cotas e o ingresso por sorteio em cursos técnicos subsequentes, bem como pelo SISU nos cursos superiores, foram citados pelas administrações de alguns câmpus como elementos que favorecem o acesso de pessoas com maior vulnerabilidade social aos cursos do IFSC, porém, também observam que estes programas precisam ainda ser melhor avaliados.

Observa-se ainda que programas de assistência ao estudante, como o PAEVS (Programa de Atendimento aos Estudantes em Vulnerabilidade Social), sofreram redução orçamentária em 2016, mas que vem sendo recompostos com estratégias mais ágeis de inserção.

Outro indicador importante sobre o atendimento aos estudantes da instituição é a utilização do portal do aluno (site da instituição voltado ao estudante onde estes podem acessar documentos de seu interesse acadêmico), que vem sendo bem avaliado desde 2015, especialmente pelo estudante que o utiliza. Nesta questão, é importante citar que um novo sistema acadêmico foi implantado no IFSC em 2018, envolvendo todo o processo acadêmico da instituição, assim como o acesso do estudante a seus dados e documentos. Tal sistema deverá ser avaliado futuramente.

Também foram avaliados pelos estudantes as interações entre os estudantes e a direção do câmpus, os departamentos e coordenações de curso, tendo sido bem cotadas estas relações.

4.4. EIXO 4: POLÍTICAS DE GESTÃO

As políticas de gestão envolvem as políticas de pessoal, organização e gestão institucional e sustentabilidade financeira. Neste sentido, são tratadas nos objetivos estratégicos:

Objetivo P9: Consolidar a governança institucional e a gestão em rede.

Objetivo P10: Gerenciar recursos financeiros com efetividade.

Objetivo C1: Favorecer o compartilhamento do conhecimento e a cooperação entre servidores e áreas.

Objetivo C3: Promover a qualidade de vida no trabalho.

Objetivo C4: Promover o desenvolvimento dos servidores e captar as competências necessárias para a execução da estratégia.

DIMENSÃO 5: POLÍTICAS DE PESSOAL

As políticas de pessoal do Instituto Federal de Santa Catarina, na sua maioria foram bem avaliadas. Na dimensão 5, grande parte das questões constam como “a desenvolver”, porém merece um destaque o item avaliado negativo que diz respeito ao conhecimento dos servidores quanto aos trabalhos da comissão de ética do IFSC. Cabe aqui mencionar que a Comissão de Ética, tem adotado a postura de encaminhar na lista de todos os servidores da instituição, conforme inclusive citado em alguns relatórios das CPAs locais, informes periódicos sobre o seu funcionamento, composição, etc. Destaca-se também a ação da gestão do câmpus Canoinhas em inserir na pauta da semana pedagógica do mês de julho as atividades da comissão de ética e CPPD. Ambas as iniciativas são positivas e fortalecem o atendimento ao objetivo estratégico “C1” que diz respeito a “Favorecer o compartilhamento do conhecimento e a cooperação entre servidores e áreas.”

Referente ao ambiente de trabalho no IFSC: tanto a integração entre as direções dos câmpus e os servidores quanto o respeito a aplicação dos princípios éticos no ambiente de trabalho, ambos obtiveram uma melhora na avaliação por parte dos servidores, o que demonstra também a busca da instituição pelo atendimento ao objetivo estratégico supracitado.

Ainda na dimensão 5, destaca-se de forma negativa o conhecimento por parte dos servidores TAEs a respeito da atuação da Comissão Interna de Supervisão – CIS ponto este que merece uma intervenção da gestão. O conhecimento dos trabalhos desta comissão, que possui como atribuições “acompanhar, orientar, fiscalizar e avaliar, no âmbito da respectiva Instituição Federal de Ensino, a implementação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação (PCCTAE)” é de grande importância para o cumprimento do objetivo estratégico da instituição em “Promover a Qualidade de vida no trabalho – C2” que, conforme resumido ainda neste relatório, o objetivo visa “Promover a atenção à saúde e à melhoria da qualidade de vida do servidor, contribuindo para seu desenvolvimento pessoal e profissional.”

Outros pontos, outrora negativos, obtiveram melhora na avaliação, como por exemplo, os critérios de escolha para os cargos de chefia e funções gratificadas e a relação entre o número de servidores e o volume de trabalho. Merece destaque nesta dimensão o item referente as condições que o IFSC oferece para os servidores, em especial o segmento técnico administrativo, de participarem de cursos de pós-graduação,

pois o mesmo que estava avaliado como “intervir” passou para “melhorar” o que ainda merece atenção da gestão.

Destaca-se a iniciativa do Câmpus Xanxerê em aprovar no seu colegiado um documento que disciplina o afastamento parcial aos seus servidores e também do Câmpus Joinville, que possui uma comissão de Capacitação onde a mesma em 2016 e 2017 trabalhou prioritariamente na elaboração de uma minuta para regulamentação de capacitação no câmpus, a qual foi apresentada na reunião do Colegiado daquele câmpus em novembro de 2017. Tais documentos supracitados vem da preocupação da instituição em atender o objetivo estratégico “C2” do PDI.

Um destaque positivo nesta dimensão diz respeito ao comprometimento dos TAE’s em relação aos objetivos dos seus respectivos setores/departamentos.

Outro item que merece uma atenção maior da instituição diz respeito a adequação dos processos de avaliação de estágio probatório, apesar de o mesmo ter obtido uma melhora no comparativo, ainda segue como um ponto que a gestão deve intervir. Também cabe destaque o item que diz respeito a relação entre o número de servidores e o volume de trabalho em seu setor, pois este item, apesar de ter obtido um leve aumento, ainda segue como um ponto em que a instituição deve intervir.

No que diz respeito as políticas de capacitação do IFSC para a contribuição do desenvolvimento, este foi mal avaliado pelos servidores TAEs, apesar de uma discreta elevação, ainda segue como um ponto para a gestão intervir. Já no segmento docente este item deve apenas ser desenvolvido. No âmbito dos câmpus a avaliação da política de capacitação dos servidores nos seus câmpus pelos servidores TAEs, em sua maioria, foi avaliado negativamente.

Permanecem estáveis no segmento docente o item que diz respeito as condições que o IFSC oferece para os servidores participarem de cursos de pós-graduação. Merece destaque apenas no segmento TAE, que apesar da melhora na avaliação, saindo de urgente para intervir, este ponto permanece para atendimento da equipe gestora. Acrescenta-se que o IFSC, no final de 2017 lançou um edital para curso de mestrado na área de administração, financiado integralmente pela instituição, para atender apenas os TAEs. Esta ação vai de encontro ao atendimento do objetivo estratégico C4 que diz respeito a “Promover o desenvolvimento dos servidores e captar as competências necessárias para a execução da estratégia.”

DIMENSÃO 6: ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO

Referente a dimensão 6, que trata da eficiência da gestão e cumprimento do planejamento, esta obteve notas positivas avaliada como a desenvolver. Cabe um destaque para a atuação do CODIR, CONSUP e a integração entre o trabalho desenvolvido pela Reitoria e os câmpus, onde os mesmos, apesar da elevação na avaliação, necessita ainda melhorar. Também foi avaliado negativamente pelo segmento TAE o item que diz respeito a gestão do câmpus com a comunidade externa.

Destaca-se aqui que a gestão da Reitoria, referente a integração entre o trabalho desenvolvido pela Reitoria e os câmpus, a partir de 2016, começou a transmitir as reuniões do CODIR e CONSUP, como destacado por diversos gestores dos câmpus. Esta ação torna acessível a qualquer servidor e a todo cidadão que tiver interesse em conhecer os assuntos tratados e deliberados nestes colegiados. A CPA local da Reitoria sugere que seja aberto debate sobre a criação de colegiado, no âmbito da reitoria, para discussão de temas de interesse dos servidores daquele local.

No atendimento da instituição referente ao objetivo estratégico P9 - “Consolidar a governança institucional e a gestão em rede.” a mesma obteve melhora na avaliação da eficiência da gestão, democracia na tomada de decisões, transparência nas gestões dos câmpus e cumprimento do Planejamento anual dos câmpus.

DIMENSÃO 10: SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

A dimensão 10 obteve melhora na sua avaliação no período, porém, os servidores avaliaram ainda de forma negativa os critérios que dizem respeito ao conhecimento da execução orçamentária do IFSC e coerência entre os cursos ofertados e a aplicação dos recursos, necessitando melhorar por parte da gestão a forma de divulgação da elaboração e distribuição orçamentária.

Destaca-se aqui a ação realizada por vários câmpus com a construção do Plano Anual do Trabalho – PAT, com o auxílio dos servidores e discentes, através de reuniões abertas e envio de projetos para serem votados pela comunidade interna. Esta é uma forma da instituição atender o objetivo estratégico P10 - “Gerenciar recursos financeiros com efetividade.” Também cabe destacar que o Plano Anual do Trabalho do IFSC é aprovado no Colegiado dos câmpus. Cabe ainda salientar que todos os câmpus levam em consideração os resultados da autoavaliação institucional na elaboração do PAT.

No que diz respeito às políticas de expansão/conservação dos espaços físicos necessários para as atividades de ensino, pesquisa e extensão estes merecem atenção da gestão pois, apesar da melhora na avaliação, ainda segue como intervir, avaliado pelos servidores.

4.5. EIXO 5: INFRAESTRUTURA

No eixo referente à infraestrutura, são observados os objetivos estratégicos P8 (Atender as pessoas com necessidades específicas) e o P11 (Garantir infraestrutura física e tecnológica adequada às ofertas).

Nos questionários aplicado nas pesquisas de 2015 e 2016, 15 questões eram referentes à infraestrutura, sendo que suas respostas refletem a realidade local de cada câmpus. Seguem considerações sobre o que foi observado como mais relevante, tanto no aspecto de excelência (manter) como no aspecto de necessidade de melhorias (melhorar e intervir). Junto a essas observações, procurou-se compilar as manifestações das gestões em relação aos aspectos mais críticos desse eixo.

DIMENSÃO 7: INFRAESTRUTURA FÍSICA

Um dos principais componentes de infraestrutura de uma instituição de ensino é a biblioteca. No IFSC a infraestrutura da biblioteca foi relativamente bem avaliada em todos os câmpus. No entanto, há necessidade de maior intervenção em Joinville, de desenvolvimento em Palhoça e Jaraguá do Sul – RAU e de melhora em Araranguá, Caçador e Chapecó. Em Joinville já está em construção um novo bloco que vai abrigar a biblioteca em seu piso térreo. Em Palhoça o ambiente da biblioteca foi remodelado; em Caçador a gestão vê a construção de um novo prédio com auditório e biblioteca como uma prioridade e Araranguá alega que a obra da biblioteca não foi planejada, portanto, as condições para melhorias são limitadas.

O acervo da biblioteca foi considerado passível de intervenção pelos câmpus de Urupema e Xanxerê. Ambas as gestões alegaram que já foi investido em novas aquisições ao longo de 2017 e 2018. Os acervos de Araranguá, Caçador, Chapecó e Palhoça necessitam de melhoras. As gestões afirmam que foram realizados investimentos em novas aquisições e em Palhoça foi realizado um novo planejamento.

Os serviços da biblioteca foram considerados de excelência pela maioria dos câmpus, a exceção de Palhoça, que necessita desenvolver. A gestão afirma que o novo planejamento deverá resolver essa questão.

Poucos câmpus avaliaram positivamente os serviços de cantina, entre eles Garopaba, Itajaí, Palhoça e São José. Entre os câmpus que necessitam de melhora em suas cantinas, Araranguá realizou um novo contrato e disponibilizou um novo espaço para a cantina; Chapecó realizou reuniões que pretendem melhorar o serviço e o câmpus Florianópolis-Continente conta com uma nova cantina. Entre os câmpus que necessitam intervir nesse quesito, Caçador já conta com uma cantina e vem realizando reuniões para monitoramento do serviço; Canoinhas tem diversificado e investido em melhorias; Gaspar, Jaraguá do Sul Centro e RAU e São Carlos realizarão novas licitações; Tubarão realizará um estudo mais aprofundado sobre a questão e Urupema considera inviável o serviço de cantina e busca alternativas.

As áreas de convivência da comunidade acadêmica (servidores, alunos e comunidade) também receberam avaliações diversas, dependendo da infraestrutura de cada câmpus. São José, São Lourenço do Oeste e São Miguel do Oeste foram câmpus que apontaram excelência nesse item. Em Criciúma, Jaraguá do Sul – RAU e Palhoça há a necessidade de desenvolvimento, sendo que a gestão de Jaraguá do Sul – RAU se posicionou afirmando que já foram efetuadas melhorias. Faz-se necessário melhoras nos câmpus de Caçador, Florianópolis, Garopaba, Itajaí e Xanxerê. As gestões de Caçador, e Itajaí afirmaram ter criado novas áreas de convivência, a de Garopaba realizou melhorias na área já existente e a de Florianópolis está buscando propostas de melhora.

A limpeza e a conservação dos banheiros foram quesitos avaliados com excelência pela maioria dos câmpus. Nenhum câmpus manifestou a necessidade de intervenção, sendo que somente foi verificada a necessidade de melhorias em Chapecó e em Jaraguá do Sul – Centro. A gestão de Chapecó se manifestou afirmando que várias medidas a esse respeito já foram tomadas.

Os câmpus de Jaraguá do Sul – Centro e São Lourenço do Oeste manifestaram a necessidade de intervir na acessibilidade às suas dependências para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. Não houve manifestação das gestões a esse respeito. Nos câmpus de Chapecó, Florianópolis – Continente, São José e Tubarão foi manifestada a necessidade de melhorias. Conforme as respectivas gestões, Chapecó iniciou um processo de adequação em 2017; Florianópolis – Continente afirmou que na

época das pesquisas o câmpus estava em obra e agora a estrutura já está mais adequada; a gestão de São José afirmou não ter orçamento para melhorias e a de Tubarão não se manifestou a esse respeito.

O acesso à internet disponibilizado nos Câmpus foi considerado com necessidade de intervenção no câmpus Gaspar, onde a gestão afirmou já ter implementado melhorias, como a instalação de novos pontos de acesso. Nos câmpus Florianópolis-Continente, Jaraguá do Sul–RAU, São José e São Miguel do Oeste foram detectadas necessidades de melhorias. A gestão do Câmpus Florianópolis–Continente afirmou ter investido na instalação de seis novas antenas; quanto aos outros câmpus, não houve manifestações das gestões a esse respeito.

A qualidade de transmissão (áudio e vídeo) disponibilizada durante as web/vídeo conferências pelo seu Câmpus foram motivos de manifestações de intervenção em Gaspar e Jaraguá do Sul – Centro. A gestão de Gaspar espera ter sanado o problema com a instalação de novos pontos de acesso. Em Chapecó e Florianópolis – Continente e São José verificou-se a necessidade de melhorias. A gestão do Câmpus Florianópolis – Continente afirmou ter trocado o equipamento.

Um aspecto notável de excelência nesse eixo foram as condições das salas de aula (dimensão, limpeza, conservação, iluminação, comodidade, dentre outros). Apenas o câmpus de Jaraguá do Sul – RAU manifestou a necessidade de intervenção, no que a respectiva gestão afirmou já ter investido na reestruturação elétrica, pintura e troca de portas, além da construção de um novo bloco.

O serviço de reprografia (fotocópia, encadernação, impressão, etc.) dos câmpus foram um ponto de unanimidade negativa, em que praticamente em todos foi apontada a necessidade de intervenção. A explicação da maioria dos gestores é de que não há interessados em dispor o serviço e que os câmpus estão buscando soluções alternativas a esse respeito, como disponibilização de material no formato digital, ou então solicitar uma ação do Grêmio Estudantil (caso de São Miguel do Oeste). No Câmpus de Florianópolis, que dispõe desse serviço e que também foi manifestada a necessidade de intervenção, a gestão afirmou a troca de lugar, para um atendimento mais qualificado.

Alguns câmpus manifestaram a necessidade de intervenção nos laboratórios didáticos necessários para que os cursos atendam às demandas de ensino, pesquisa e extensão: Itajaí, Jaraguá do Sul – Centro e São Carlos. A gestão de São Carlos informou que fará investimentos na medida do possível e conta com a utilização de equipamentos

produzidos pelos professores. As gestões de Itajaí e Jaraguá do Sul – Centro não se manifestaram a esse respeito. Faz-se necessário melhorar esse serviço nos câmpus Chapecó, Florianópolis – Continente, Garopaba e Jaraguá do Sul – RAU. A gestão de Chapecó afirmou já ter feito um investimento nesse quesito em 2017; Florianópolis – Continente afirmou ter ampliado os laboratórios existentes; Garopaba investiu na implementação de novos laboratórios e aquisição de equipamentos; Jaraguá do Sul – RAU não se manifestou a esse respeito.

Nos câmpus de Caçador, Chapecó, Garopaba e Jaraguá do Sul – RAU onde existem unidades curriculares ou partes delas a distância, notou-se a necessidade de melhorar a qualidade de transmissão (áudio e vídeo) disponibilizada durante as videoaulas. A gestão de Garopaba afirmou que fará um acompanhamento especializado durante a ocorrência dessas atividades. Os outros gestores não se manifestaram a esse respeito.

Quanto ao acesso ao material didático impresso anteriormente à abertura das disciplinas a distância em câmpus que oferecem unidades curriculares ou partes delas a distância, Caçador, Chapecó e Garopaba manifestaram a necessidade de melhorias. A gestão de Garopaba se manifestou afirmando que a implementação das Plataformas SIGAA e Moodle Institucional deverá melhorar esse quesito. Nos câmpus Lages e Tubarão houveram manifestações para manter o serviço como está.

Quanto ao acesso e a navegação no Ambiente Virtual de Aprendizagem em câmpus onde existem unidades curriculares ou partes delas a distância, houveram manifestações de melhora em Garopaba, onde a gestão afirmou que a migração para as plataformas institucionalizadas pelo IFSC deverá melhorar o serviço. Em Caçador, Lages e Tubarão as avaliações desse item foram positivas.

5. CONCLUSÕES

O presente relatório, na versão INTEGRAL, constitui um relato e análise do período avaliativo que corresponde ao ciclo trienal de 2015 – 2017 do processo de autoavaliação institucional do IFSC. Neste período foram realizadas 2 coletas densas de dados, com questionário do tipo survey, contemplando os 5 eixos e 10 dimensões a serem avaliados, conforme preconizado pelo sistema de avaliação do SINAES. As pesquisas foram realizadas em todos os 22 campus e Reitoria do IFSC, contando com os 3 segmentos da comunidade acadêmica (docentes, discentes e técnico-administrativos), sendo os discentes pertencentes aos cursos técnicos, superiores e de pós-graduação. Além das pesquisas densas, diversas atividades foram realizadas neste período pela CPA, incluindo reuniões ampliadas, um seminário sobre autoavaliação no IFSC (com a participação de representantes de todos os câmpus) e ainda a participação no AVALIES, onde foi instalada a rede de CPAs de Santa Catarina. Em 2017, as CPAs locais dos câmpus, bem como a CPA Central do IFSC, elaboraram seus relatórios analíticos comparando os resultados obtidos nas pesquisas densas realizadas em 2015 e 2016, verificando a evolução das diversas áreas avaliadas, pontos críticos e casos de sucesso. Após a análise realizada pelas comissões locais, os dirigentes dos câmpus realizaram suas considerações sobre cada aspecto, sendo gerados os relatórios com as considerações dos gestores que são apresentados anexos a este relatório integral. Destaca-se ainda que um novo modelo de autoavaliação institucional, mais adequado aos objetivos do SINAES, no sentido de impactar no processo de gestão da instituição e promover mudanças inovadoras, foi proposto e aprovado em linhas gerais pelo CODIR, devendo ser finalizado neste ano de 2018. Tudo isso vem demonstrar a profunda preocupação da CPA, dos dirigentes e da comunidade acadêmica do IFSC em avançar ainda mais no processo de autoavaliação institucional, como um fator preponderante na melhoria de um ensino que é público, gratuito e de muita qualidade em nosso estado.